

LAGOS

REVISTA MUNICIPAL

LAGOS E A AGENDA 2030
NO CAMINHO DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



16

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA QUADRIMESTRAL JAN-ABR 2025





04

LAGOS E A AGENDA 2030 NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



CONTACTOS

Câmara Municipal de Lagos
Paços do Concelho Séc. XXI
Praça do Município / 8600-293 Lagos
Telefone: 282 780 900 / 282 771 700
Email: expediente.geral@cm-lagos.pt

www.cm-lagos.pt

03	EDITORIAL
04	TEMA DE CAPA
09	EM DESTAQUE
14	ATUALIDADE
23	OBRAS E PROJETOS
30	AMBIENTE E ESPAÇO PÚBLICO
36	INTERVENÇÃO SOCIAL
39	A CML POR DENTRO
41	EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO
45	DINAMIZAÇÃO CULTURAL
48	O CIAC INFORMA
50	IMAGENS COM HISTÓRIA
51	ARQUIVO MUNICIPAL
55	ASSOCIATIVISMO
60	DIFERENTES OLHARES
62	ASSEMBLEIA MUNICIPAL

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Câmara Municipal de Lagos - NIPC: 505 170 876 | Sede (editor e redação): Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos | Edição: Câmara Municipal de Lagos | Diretor: Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Lagos | Diretor Adjunto: Sara Coelho, Vereadora da Câmara Municipal de Lagos | Coordenação editorial e conteúdos: Gabinete de Comunicação e Relações Públicas | Redação: Ana Grade | Revisão de textos: Fábio Ventura | Fotografia: Arquivo da Câmara Municipal de Lagos (Carlos Afonso; Francisco Castelo) | Secretariado: Ana Isabel Pereira | Distribuição: Liliana Barbudo | Design: Teresa Coelho | Revisão Gráfica: Inês Silva | Impressão: Lidergraf - Artes Gráficas, SA - Rua do Galhano, 15, 4480-089 Vila do Conde | Tiragem: 6.500 | Depósito Legal: 444442/18 | Periodicidade: Quadrimestral | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | Publicação impressa em papel reciclado | Publicação periódica registada na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social (Registo n.º 127701 de 7/8/2018) | Estatuto Editorial disponível na página oficial da Câmara Municipal de Lagos em www.cm-lagos.pt



EXECUTIVO MUNICIPAL

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira (PS)
Presidente

Pelouros: Urbanização e Edificação; Planeamento e Desenvolvimento Urbano; Fiscalização de Obras e Loteamentos Particulares; Processos Judiciais; Assuntos da Divisão Jurídica; Planeamento Estratégico e Projetos Municipais; Administração Municipal (Coordenação Geral); Desporto; Procedimentos Concursais; Arqueologia Urbana; Finanças Municipais; Património e Aprovisionamento; Contabilidade e Tesouraria e Controlo de Cobranças; Sistemas e Tecnologias da Informação; Acompanhamento da Gestão Corrente das Entidades Empresariais Municipais; Património Histórico e Equipamentos; Proteção Civil; Gabinete Técnico Florestal.

Atendimento: Quinta-feira, das 10h00 às 12h30 (*)

Paulo Jorge Correia dos Reis (PS)
Vice-Presidente

Pelouros: Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho; Gestão e Manutenção da Rede de Água e Esgotos; Mobilidade Urbana; Manutenção de Equipamentos; Oficinas; Parque de Viaturas e Máquinas; Transportes Públicos; Estudos, Projetos e Empreitadas; Gestão dos Armazéns Municipais; Segurança Municipal; Aeródromo Municipal; Cinegética, Florestas e Pescas; Trânsito e Sinalização; Polícia Municipal.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Sara Maria Horta Nogueira Coelho (PS)
Vereadora a tempo inteiro

Pelouros: Protocolo e Relações Públicas; Comunicação Institucional; Cultura; Turismo; Património Cultural; Juventude; Educação; Habitação e Ação Social; Saúde; Recursos Humanos; SIADAP; Formação; Outorga de contratos; Serviço Veterinário Municipal.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Luís Alberto Bandarra dos Reis (PS)
Vereador

Pelouros: Toponímia; Espaços Verdes, Fiscalização e Promoção Ambiental; Mercados e Feiras; Higiene, Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos; Gestão de Espaços e Equipamentos Públicos; Cemitérios; Iluminação Pública e Eletricidade.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Sandra Maria Almada de Oliveira (PS)
Vereadora

Pelouros: Licenciamento de Atividades; Processos de Contraordenação, Arquivo Municipal; Gabinete do Município; Empresas e Empreendedorismo; Qualidade; Fiscalização Municipal; Praias; Transportes em Vias Navegáveis Interiores.

Atendimento: Quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (*)

Pedro Augusto Borges de Lima Palma
Moreira (PSD)

Vereador

Sem pelouros atribuídos

Atendimento: Sexta-feira, das 10h00 às 13h00 (marcações através do telefone 915 232 922 ou do endereço <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>)

Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
(CDU)

Sem pelouros atribuídos

Atendimento: 1.ª e 3.ª quarta-feira do mês, das 11h30 às 12h30, na sede de concelho. Rotativamente nas freguesias, em datas e horários a anunciar ou por marcação. Marcações através do tel. 962 658 470 ou do endereço <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>

(*) Atendimentos com marcação prévia através dos seguintes contactos:

Formulários online: <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/marcacoes>

E-mail: expediente.geral@cm-lagos.pt

Tel. 282 771 700 / 282 780 900



COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

O quadro atual de atribuições e competências do Poder Local é o mais amplo desde sempre. Com mais ou menos orçamento, mais ou menos recursos técnicos e humanos, os municípios e as autarquias em geral têm demonstrado capacidade de realização.

Lagos abraçou, sem hesitações, o desafio da descentralização, posicionando-se do lado da solução, na defesa do interesse público e da satisfação das legítimas pretensões da população local. Não só recebemos novas responsabilidades, como temos sido um parceiro ativo na execução de programas e investimentos que continuam a ser responsabilidade do Estado central. Assim, tem acontecido na esfera do acolhimento da população migrante, da defesa do litoral, da conservação do património histórico edificado, da manutenção de edifícios públicos e da construção de habitação acessível.

A complexidade e morosidade dos processos de contratação pública, indispensáveis à concretização destes investimentos, e a escassez de agentes privados a operar no setor da construção são fatores de contexto que tornam esta missão já de si difícil, pelo que o mínimo que podemos esperar da tutela é diligência no tratamento das candidaturas e a correspondente comparticipação financeira.

Estes e outros constrangimentos não nos demovem de prosseguir as políticas locais consentâneas com o rumo da sustentabilidade, que devem prevalecer para além da espuma dos dias e dos ciclos políticos autárquicos, a bem de todos, do nosso território e do planeta que habitamos.

Nesta edição passamos em revista alguns dos projetos, atividades e investimentos executados ou em curso, dando-vos a conhecer igualmente o meritório trabalho de quem, ao serviço do município ou na esfera do associativismo, dá o seu melhor para fazer a diferença na vida dos outros.

Uma nota final para exprimir o orgulho sentido pela escolha de Lagos para acolher, em 2025, as Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

O Presidente da Câmara,
Hugo Pereira



LAGOS E A AGENDA 2030 NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“A nossa luta pela sustentabilidade global será ganha ou perdida nas cidades”*
Ban Ki-Moon, antigo Secretário-Geral da ONU

** Frase original: “Our Struggle for Global Sustainability Will Be Won or Lost in Cities”*



OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

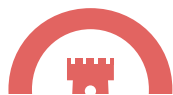
Num contexto internacional marcado pela instabilidade política, pelos impactos das alterações climáticas, pelas assimetrias sociais, guerra e atentados à dignidade da vida humana, não é demais recordar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016, e os 17 objetivos para transformar o nosso mundo. As 169 metas e 247 indicadores em que se desdobram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) revelam o grau de ambição

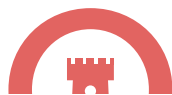
desta agenda universal, compelindo os Estados a promover a avaliação global do seu desempenho e a ajustar as respetivas políticas públicas. Em coerência com a frase “Pensar globalmente, agir localmente” - que se tornou uma máxima bem conhecida - surgiu a necessidade de compreender a aplicabilidade dos indicadores globais e nacionais à realidade local, para que as políticas públicas municipais possam ser monitorizadas e ajustadas, contribuindo para a concretização dos ODS.

MEDIR A SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL

Neste contexto, surge, em 2018, por iniciativa do CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), considerado pioneiro, ao criar uma das primeiras ferramentas para avaliar a Agenda 2030 ao nível local e medir o progresso dos ODS em cada município. Com a colaboração ativa dos municípios que, tal como Lagos, integram a Rede CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis, este trabalho de investigação tem sido, ano após ano, aperfeiçoado com novos dados, conhecimentos e partilha de boas práticas. O resultado é um instrumento de grande utilidade para os municípios, ajudando a identificar áreas de melhoria e a monitorizar o impacto das políticas locais, apoiando a tomada de decisões informadas e alinhadas com um rumo de desenvolvimento sustentável a longo prazo. O objetivo é que este trabalho se transforme numa aposta geracional e possa ir para além dos ciclos políticos autárquicos.

A autarquia de Lagos aderiu formalmente à Rede CESOP-Local a 1 de março de 2017, colaborando no observatório para a monitorização do grau de sustentabilidade de cada território, de envolvimento das partes interessadas e de desempenho organizacional dos diferentes municípios parceiros, o que permite aplicar o ISM a Lagos, desde 2018, e verificar a evolução do caminho trilhado nestes últimos sete anos.





O QUE NOS DIZ O ISM 2024

O ISM 2024 foi apresentado no passado dia 20 de novembro, em sessão realizada no Auditório Paços do Concelho Séc. XXI. Coube a Ricardo Ferreira Reis, diretor da Católica CESOP e professor da Universidade Católica Portuguesa, explicar a metodologia utilizada nesta sétima versão do ISM, a qual incluiu 152 indicadores e 74 metas (uma evolução face aos 101 indicadores e 65 metas que compunham a primeira versão do ISM, lançada em 2018), e apresentar os resultados globais de Lagos face ao conjunto de municípios comparáveis¹, ao desempenho do Algarve e ao desempenho nacional no seu todo (Figura 1). A informação estatística referente a cada ODS é recolhida segundo os indicadores propostos pela ONU, os indicadores utilizados pelo Eurostat e pelo INE, a que se acrescentam os reunidos pelo próprio CESOP que existem e têm relevância a nível municipal.

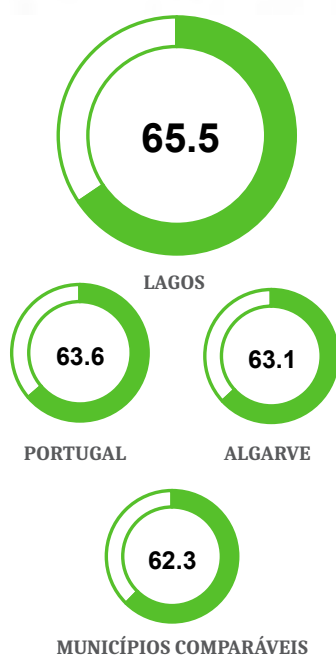


Figura 1 – Índice Global

Estes resultados mostram uma evolução positiva quando comparados com os resultados globais obtidos por Lagos nos anos anteriores (Figura 2), passando de 58,4 em 2020 para os atuais 65,5 (nota: atendendo a que a cada nova edição são introduzidos novos indicadores, para existir forma de comparar a evolução, os Índices dos anos 2020 a 2023 foram recalculados com base nos indicadores e critérios de análise da edição 2024 do ISM).

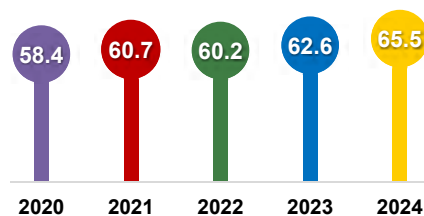


Figura 2 – Evolução do Índice Global (média aritmética dos 17 ODS)

Agrupados por categoria de evolução (positiva, negativa ou estagnante), o ISM permite concluir que, em 2024, Lagos já tinha 32% dos seus indicadores com objetivo de 2030 totalmente alcançado, 18% com trajetória positiva, 19 % com evolução pouco significativa e apenas 27% com evolução ligeiramente negativa ou negativa, o que demonstra estar no bom caminho (Figura 3).

Outra das abordagens possíveis consiste em agrupar os ODS e Indicadores por grandes dimensões. Os 5P's (Pessoas, Prosperidade, Paz, Planeta e Parcerias) foram consideradas áreas cruciais para a humanidade e para o planeta. Lagos evidencia-se na dimensão das parcerias, sinal de que as políticas públicas têm procurado uma articulação e conjugação de esforços

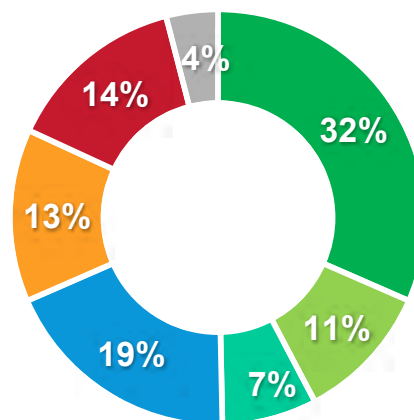
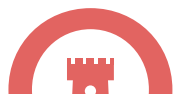


Figura 3 – Indicadores por categoria de evolução

- Objetivo 2030 atingido
- Evolução positiva
- Evolução positiva não suficiente
- Evolução pouco significativa
- Evolução ligeiramente negativa
- Evolução negativa
- Dados insuficientes para evolução

entre os vários atores (públicos e privados) que trabalham para tornar realidade as metas de 2030 (Figura 4). Olhando para as dimensões que representam as quatro esferas da sociedade que devem estar articuladas para assegurar um futuro sustentável, ou seja, as dimensões Governança, Economia, Social e Ambiente (GESA), Lagos consegue o melhor desempenho nos indicadores relacionados com as vertentes “Governança” e “Social” (Figura 5).

1) Média dos quinze municípios com perfil socioeconómico mais próximo, recalculados após a divulgação dos Censos 2021, com base na metodologia adotada pelo gabinete do Secretário de Estado da Administração Local. Para o município de Lagos, os municípios comparáveis são Albufeira, Lagoa, Tavira, Bragança, Peniche, Trofa, Angra do Heroísmo, Chaves, Olhão, Silves, Marinha Grande, Guarda, Santa Cruz, Fafe e Tomar.



Na comparação com os resultados do Algarve e de Portugal, Lagos destaca-se largamente, pela positiva, da média da região e do país no que respeita aos ODS 2 (Erradicar a Fome), 10 (Reduzir as Desigualdades) e 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos).



Figura 4 – Desempenho de Lagos nas dimensões dos 5 P's (Pessoas, Prosperidade, Paz, Planeta e Parcerias)



Figura 5 – Desempenho de Lagos nas dimensões GESA (Governança, Economia, Social e Ambiente)

IMPORTÂNCIA E NEUTRALIDADE DOS ODS

Na apresentação do ISM 2024, Ricardo Ferreira Reis recordou que os objetivos são política e ideologicamente neutros, uma vez que as metas são consensuais, por remetem para valores universais, o que não inibe ou limita a adoção de políticas diferenciadas por parte das entidades públicas e dos agentes sociais e económicos, que, na prática, correspondem aos diferentes caminhos seguidos para chegar ao mesmo destino. Por outro lado, também não existem objetivos mais e menos importantes, uma vez que, não obstante os ODS estarem numerados (de 1 a 17), todos assumem igual peso e participação neste plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Por essa razão, são frequentemente representados em forma de círculo, mostrando que todos são equidistantes relativamente ao objetivo global e central.

PRÓXIMOS PASSOS: IMPLEMENTAR O ISM + E ENVOLVER A COMUNIDADE

Um novo patamar de exigência na monitorização e avaliação de políticas públicas é o passo que se segue nesta caminhada. Para tal, a Câmara vai avançar com o ISM+, ferramenta que personaliza e adapta o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM) às características e especificidades do território, permitindo incluir e atualizar dados de recolha local e criar outros indicadores por opção do município. Por utilizar dados mais recentes e facultar um retrato, ainda mais fiel, da realidade do município, o Índice de Sustentabilidade Municipal Avançado tem todo o potencial para se tornar um relatório de apoio à gestão e à definição de prioridades.

Além deste desafio, a estratégia municipal de implementação dos ODS, em 2025, integra um conjunto de ações que incluem: a apresentação do Relatório Voluntário Local, documento estratégico de avaliação do progresso do município no alcance dos ODS que permite compreender onde Lagos se

posiciona no momento atual, para traçar o caminho futuro; a adesão à Plataforma ODS Local (odslocal.pt), portal que monitoriza o progresso dos ODS e divulga as boas práticas dos municípios, promovendo a transparência do processo; ações de capacitação para os funcionários e agentes externos, proporcionando conhecimento técnico e teórico em torno da Agenda 2030 e dos ODS; e *workshops* temáticos, tendo por base temas relacionados com cada um dos 17 ODS, abertos à população, convidando para a partilha das boas práticas entidades públicas e privadas. Fique atento e participe!

Para conhecer com detalhe os 17 ODS e o relatório do Índice de Sustentabilidade Municipal de Lagos consulte aqui:





Sessão de abertura da conferência “Festivais de Caminhadas: o que mudou no Algarve” realizada no renovado edifício “A Paragem”, em Barão de S. João

FESTIVAIS DE CAMINHADAS: O QUE MUDOU NO ALGARVE?

A 7.^a edição do Festival de Caminhadas e Arte de Barão de São João, que aconteceu em novembro, foi o pretexto para a realização da conferência “Festivais de Caminhadas: o que mudou no Algarve?”. A iniciativa juntou à mesa representantes da Região de Turismo do Algarve e das organizações dos vários festivais de caminhadas da região que dão corpo ao evento *Algarve Walking Season*.

Duarte Nuno foi um dos anfitriões da iniciativa, realizada no renovado edifício “A Paragem”, no coração da aldeia de Barão de São João. O presidente de junta da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João reconheceu o papel que o Festival tem tido na promoção do território e da respetiva oferta de turismo de natureza, para tal contribuindo a participação dos artistas que fazem dele um evento diferente e especial. Hugo Pereira, presidente da Câmara

de Lagos, mostrou-se satisfeito por, em boa hora, o município ter agarrado o desafio lançado pela Almargem, considerando plenamente alcançado o objetivo então traçado, que consistia em realizar e afirmar um festival de caminhadas a Barlavento que se distinguisse dos já existentes na região e potenciase as mais-valias de Barão de São João, designadamente a sua Mata, o cariz pitoresco da aldeia, a componente histórica e a multicultural e ativa comunidade artística residente.



Para André Gomes, presidente da Região de Turismo do Algarve, o Walk & Art Fest exemplifica a capacidade de os atores da região de inovar a oferta de turismo de natureza, uma vez que “coloca as pessoas em contacto com a natureza, com as nossas tradições, a nossa cultura e a arte que aqui é produzida”, lembrando que este segmento é o que mais tem contribuído para que o Algarve tenha oferta todo o ano e possa, com propriedade, afirmar-se como “uma região para caminhar todo o ano”.

Atualmente são cinco os festivais que integram o Algarve Walking Season, marca criada em 2018 para promover esta rede de eventos associada ao turismo de natureza. Todos têm uma identidade própria que os distingue, tornando mais atrativa a oferta e as experiências. O Festival do Ameixial tem como tema a escrita do Sudoeste (escrita com 2500 anos que remonta à Idade do Ferro), em Alcoutim são a condição transfronteiriça e o tema do contrabando que dão mote às atividades, em Barão de São João/Lagos são as artes, em Monchique é a água e no mais recente festival a surgir, em Santa Bárbara de Nexe, o tema em foco é a cultura popular. Todos juntos preenchem um calendário que per-

“Sem Eletricidade”, da autoria de Deodato Santos, foi uma das 25 obras expostas em vários pontos da aldeia e da mata de Barão de São João, na instalação artística da 7.^a edição do Festival Walk & Art Fest, em que participaram 17 artistas locais.



corre o outono, inverno e primavera, estações mais convidativas para as atividades de caminhada no Algarve. João Ministro, em representação da Cooperativa QREER e da organização do Festival de Caminhadas do Ameixial, recordou as regras que todos os festivais têm de respeitar para integrar esta rede: ter um tema específico, duração superior a um dia, um programa diversificado e atividades destinadas a vários públicos, garantir as normas de segurança e licenciamento exigidas e promover o envolvimento das comunidades locais.

O Festival de Barão de São João cumpre todos estes requisitos e tem vindo, de edição em edição, a ser aprimorado para que a sustentabilidade não seja só um chavão. Anabela Santos explicou, nesta conferência, em representação da Almargem, entidade coorganizadora do Walk & Art Fest, alguns dos cuidados implementados, como por exemplo a criação de mais pontos de concentração ou a articulação com o ICNF para que as atividades possam acontecer no perímetro florestal.

No debate da mesa-redonda, que aconteceu após a apresentação dos festivais integrados no Algarve Walking Season, foi sublinhado o longo caminho percorrido desde as décadas de 1980/1990, o qual permitiu olhar para o turismo de natureza e para as caminhadas como algo que potencia o desenvolvimento sustentável do interior e interessa a toda a região. A estruturação do produto e da sua oferta, com criação da Via Algarviana,

da Rota Vicentina e da Grande Rota do Guadiana, são marcos decisivos na concretização da estratégia que faz com que o Algarve seja hoje mais do que sol e praia e possa receber grupos turísticos que vêm propositadamente para conhecer a região através das caminhadas. As entidades presentes na conferência também reconheceram o que ainda está por fazer para aprofundar este trabalho, tendo ficado ideias como: a necessidade de se medir, de forma diferente, o impacto real do turismo no território, que não pode ser apenas em função do número de turistas; o reforço da ação no território, com o envolvimento dos operadores turísticos, a qualificação dos agentes e a certificação dos trilhos, para que a oferta de atividades e serviços esteja disponível sempre, para além do período temporal dos festivais; a importância e urgência de se fazer o mapeamento, classificação e manutenção dos caminhos antigos do domínio público das freguesias (a propósito da experiência em curso na freguesia de Santa Bárbara de Nexe, nesta sessão mencionada); a proteção da faixa costeira com a criação de passadiços que disciplinem a visita desses locais, como foi feito em Lagos (Ponta da Piedade e Meia Praia) e em outros troços do litoral algarvio; a atenção à sustentabilidade, dado que os trilhos têm uma capacidade de carga a respeitar; e a necessidade de se trabalhar a 16, numa perspetiva mais intermunicipal, a estratégia e os produtos do segmento do turismo de natureza.

Calendário do Algarve Walking Season:

**BARÃO DE SÃO JOÃO
WALK & ART FEST**
*1.ª fim-de semana
de novembro*

**FESTIVAL
DE CAMINHADAS
DE MONCHIQUE**
*final de novembro/início
de dezembro*

**FESTIVAL
DE CAMINHADAS
DE SANTA BÁRBARA
DE NEXE – FARO**
fevereiro

**CAMINHEIROS -
EXPERIÊNCIAS
NA FRONTEIRA –
ALCOUTIM**
março

**WALKING FESTIVAL
AMEIXIAL –
CONCELHO DE LOULÉ**
*último fim-de-semana
de abril*

Gostaria de participar nestes eventos?
Fique a par de toda a informação através de:
algarvewalkingseason.com





WALK & ART FEST É PONTO DE PARAGEM OBRIGATÓRIA DO ALGARVE WALKING SEASON

Mais de metade das 118 atividades realizadas na 7.^a edição do festival esgotaram, somando 1.850 inscrições, com muitos participantes a desfrutarem de mais do que uma atividade. O festival voltou também a afirmar-se como encontro de culturas: entre os 950 participantes contaram-se 30 nacionalidades, de quatro continentes.



A instalação artística reuniu desta vez 17 artistas locais, autores das 25 obras expostas em vários pontos da aldeia e da Mata. O percurso inaugural da instalação foi, como sempre, um momento de encontro e partilha em que os artistas deram aos visitantes uma visão pessoal das suas criações inspiradas no tema “A Liberdade”.

Esta edição ficou também marcada pelos concertos, com destaque para a Orquestra Juvenil de Guitarras do Algarve, na igreja de Barão de São João. Várias novidades revelaram-se um sucesso entre os participantes, como foi o caso do *workshop* de borboletas noturnas, durante o qual foram identificadas 30 espécies diferentes, prova da biodiversidade da Mata de Barão de São João.

A 7.^a edição mereceu honras de destaque na imprensa nacional, com a reportagem de Mara Gonçalves (texto) e Duarte Drago (fotografia) publicada no jornal PÚBLICO, sob o título “Barão de São João: de uma utopia nasceu uma aldeia multicultural e artística no interior do Algarve”.

A 8.^a edição do festival estará de volta em novembro de 2025 com muitas caminhadas e atividades a descobrir. Até lá, vale a pena visitar ou revisitar Barão de São João e percorrer os trilhos dos percursos permanentemente assinalados no território da freguesia.



HOMENAGEM ANOS DE DEMOCRACIA AUTÁRQUICA



Hugo Pereira entregou as medalhas aos seus antecessores no cargo – na foto (da esquerda para a direita): Joaquina Matos, Júlio Barroso, José Valentim Rosado e José Alberto Baptista (presidentes da Câmara Municipal de Lagos) e Jaime Horácio de Jesus Gomes (presidente da Comissão Administrativa).

AUTARCAS HOMENAGEADOS

As Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril marcaram o ano de 2024, envolvendo os mais variados setores da sociedade lacobrigense, com destaque para os agentes artísticos e culturais, mas também para as instituições que personificam a afirmação da liberdade, progresso e regime democrático, designadamente o que, por razão de existência, é o mais próximo dos cidadãos: o Poder Local.

Poderá consultar a publicação “1974-2024, 50 anos de democracia autárquica” com os nomes dos autarcas homenageados e a galeria completa de fotos da cerimónia no [website do município](#):



O Poder Local Democrático e os 50 anos do 25 de Abril foram, também, o tema das Comemorações do Dia do Município, com a Sessão Solene a juntar no auditório do Centro Cultural de Lagos os autarcas que exerceram funções na presidência dos órgãos do município e como presidentes de junta de freguesia desde 1974, primeiramente no âmbito das comissões administrativas e, depois de 1976, como eleitos locais.

A cerimónia comemorativa da efeméride mais simbólica de Lagos, que acontece a 27 de outubro, foi o contexto ideal encontrado pelos autarcas em exercício para prestarem o devido reconhecimento público aos seus antecessores, pelo papel fundamental que tiveram na consolidação de regime democrático, na afirmação dos valores de Abril e

na concretização de investimentos e atividades que determinaram o desenvolvimento do território e o bem-estar da comunidade local.

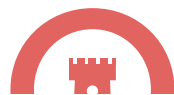
Foram cerca de 50 as personalidades locais recordadas e distinguidas, algumas das quais, infelizmente já falecidas, representadas por familiares. Nas suas pessoas prestou-se homenagem a um número ainda mais vasto de homens e mulheres autarcas que integraram os sucessivos executivos, assim como as assembleias municipais e de freguesia que, ao longo dos 50 anos de democracia, ajudaram a dar voz aos anseios das populações. Os homenageados receberam uma medalha comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril e um diploma que exprime o reconhecimento público pelo contributo que deram em prol da democracia autárquica.



PLANO E ORÇAMENTO PARA 2025

CÂMARA VOLTA A PRIVILEGIAR HABITAÇÃO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ENSINO

A autarquia inicia o ano de 2025 com um ambicioso “caderno de encargos” de investimentos, obras, projetos e ações a concretizar. Com um montante global inicial de 124 milhões de euros, este novo orçamento representa um aumento de cerca de 27% face ao orçamento inicial de 2024. Ao Plano Plurianual de Investimentos estão afetos 61 milhões, onde as áreas da Habitação, Abastecimento de Água, Ensino não Superior, Indústria e Energia, Administração Geral e Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, consomem 75% da verba disponível.



Num quadro de atribuições e competências mais alargadas do que nunca, a autarquia apresentou os seus objetivos estratégicos, dando continuidade aos eixos de atuação que tem vindo a prosseguir. As ações foram alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo desempenho tem estado a ser monitorizado no âmbito do Índice de Sustentabilidade Municipal, abordado no artigo que dá capa a esta edição (pág. 4 a 8).

Em 2025, a Habitação será a prioridade do município, concretizada através da implementação da Estratégia Local de Habitação, que inclui a construção de fogos no âmbito do programa 1.º Direito, mas também medidas destinadas ao segmento denominado de “classe média”, conforme diagnosticadas na Carta Municipal de Habitação.

A Sustentabilidade continua a merecer atenção, nomeadamente no que respeita à gestão da água e da energia, setores onde estão previstos investimentos financiados pelo PRR, visando ganhos de eficiência das redes de abastecimento público de água e saneamento, assim como o reforço dos fatores de competitividade das Áreas de Acolhimento Empresarial.

Na área da Educação a maior fatia do investimento irá para a ampliação e apetrechamento do parque escolar, com a obra de ampliação e reabilitação da Escola Básica das Naus e a conclusão do projeto de ampliação da Escola Tecnopolis, a que se somam iniciativas de educação formal

e não formal, em articulação com entidades externas, e de apoio aos alunos e famílias, que dão substância ao compromisso de Lagos como Cidade Educadora.

No campo da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, destacam-se a conservação e manutenção dos espaços verdes públicos, com a implementação de mais sistemas de rega inteligente e a intervenção no Passeio Marítimo da Meia Praia.

Do documento constam ainda estratégias integradas de intervenção social, reforçadas com projetos como o Radar Social (em implementação) e a RAP, uma nova resposta de acompanhamento psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica. O reforço da Saúde pode passar, além das intervenções de conservação e beneficiação do Centro de Saúde de Lagos e de construção da Unidade de Ambulatório de Alta Resolução de Lagos, pela criação de medidas de incentivo à fixação de clínicos de Medicina Geral e Familiar. Muitas outras ações estão inscritas em Plano e Orçamento para dar continuidade às políticas de promoção da fruição cultural, hábitos de vida saudáveis, valorização e divulgação do património histórico e cultural, promoção do empreendedorismo e dinamização da atividade económica, a par da modernização e reforço das infraestruturas, dos serviços prestados pela autarquia, das acessibilidades e mobilidade sustentável, assim como dos meios de segurança e proteção de pessoas e bens.

Conheça o documento
na íntegra aqui:





CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

A Assembleia Municipal de Lagos aprovou, na sua sessão de fevereiro, a Carta Municipal de Habitação, conforme proposta da Câmara Municipal. O documento esteve em discussão pública e foi apresentado, em sessão aberta, a 21 de novembro.

Prevista na Lei de Bases da Habitação, a Carta Municipal de Habitação vai além da Estratégia Local de Habitação (ELH), em termos de horizonte temporal e por se destinar a integrar a política de habitação do município nos instrumentos de gestão territorial (PDM e outros), o que permitirá projetar as necessidades de solo urbanizado, assim como de reabilitação do edificado, que correspondam aos agregados familiares em situação de carência de meios para aceder à habitação. O documento foi elaborado em estreita articulação entre os serviços da autarquia e o Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. A proposta, que define a missão e a visão a

atingir até 2035, está fundamentada em estudos de base e dados de diagnóstico que confirmam a forte atratividade do território para a fixação da população e, por outro lado, a gravidade, abrangência e diversidade das carências habitacionais. As projeções indicam que, atualmente, cerca de três mil famílias estejam em situação de carência habitacional e, em 2035, com a criação de postos de trabalho e o rumo de atratividade do concelho, esse universo possa atingir as seis mil famílias. Propõe-se, por isso, a adoção de medidas estruturais e mobilizadoras, em que a Câmara Municipal reforça o seu papel na definição e condução da política habitacional, aumentando o parque habitacional municipal de 1,4% para 8%. Em pa-

ralelo, aposta-se na mobilização da dinâmica urbanística privada, através de uma alteração ou revisão do PDM, de um diálogo ativo com os promotores e da ativação de mecanismos legais que permitam aprofundar o desempenho dos agentes privados em matéria de responsabilidade social e do seu contributo para a mitigação de um problema que afeta, de modo transversal, o tecido económico e social do concelho. O propósito das medidas previstas no programa de ação do documento é que, em 2035, seja possível suprir totalmente $\frac{3}{4}$ das carências habitacionais projetadas e 100% das situações mais agudas. Para tal, será necessário um investimento global estimado de 800 milhões de euros.

BARÃO DE SÃO JOÃO E BENSAFRIM MAIS PERTO DE VOLTAREM A SER FREGUESIAS AUTÓNOMAS

A luta que dura há doze anos está prestes a culminar com um final, que se espera, feliz, uma vez que o processo de desagregação da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de São João obteve aprovação por parte do grupo de trabalho da Comissão do Poder Local e Coesão Territorial, que validou a desagregação de 135 uniões de freguesia, e foi votado favoravelmente, a 17 de janeiro, na sessão plenária do Parlamento que aprovou a reposição de 302 autarquias, 17 das quais no Algarve.

O passo seguinte foi levar o diploma a Belém para promulgação. No entanto, a decisão de veto tomada pelo Presidente da República teve como consequência a devolução do diploma à Assembleia da República. Entre as razões invocadas para o veto político esteve a dúvida sobre “a capacidade para aplicar as consequências do novo mapa já às eleições autárquicas de setembro ou outubro deste ano, daqui a pouco mais de seis meses”.

À data de fecho desta edição, surge a notícia de que o parlamento voltou a apreciar o assunto e aprovou favoravelmente o Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI, de 17 de janeiro de 2025, o que, de acordo com a Constituição da República, faz com que Marcelo Rebelo de Sousa tenha de promulgar o diploma de reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.



NOVA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS

O município aprovou a atribuição de um subsídio de um milhão de euros à freguesia de São Gonçalo de Lagos. A verba destina-se a comparticipar as obras de reabilitação do edifício que irá acolher a futura sede da Junta de Freguesia com mais população do concelho, as quais têm um custo global estimado de 1,6 milhões de euros. Situado na parte alta da cidade, entre a Rua da Escola Secundária e a Rua da

Filarmónica 1.º de Maio, nas proximidades do Mercado Municipal de Santo Amaro, o edifício, que deixou de ter uso escolar e foi cedido pelo município, oferece as condições de centralidade, acessibilidade e área adequadas ao funcionamento dos serviços desta freguesia, que tem conhecido um aumento do número de habitantes, assim como de competências e de respostas prestadas à população.



LAGOS VAI SER PALCO DAS COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO



Quase três décadas decorridas após o 10 de junho de 1996, aqui celebrado, a autarquia recebeu com satisfação e orgulho a notícia da escolha de Lagos para sede das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 2025.

O despacho da Presidência da República, publicado a 7 de fevereiro, confirma e torna pública esta decisão, assim como a indicação da Dr.ª Lúcia Jorge, distinta e reconhecida escritora algarvia, para presidir a Comissão Organizadora das comemorações.

Este será o último 10 de Junho presidido por Marcelo Rebelo de Sousa enquanto Presidente da República, mas será também a oportunidade de Lagos receber, uma vez mais, a visita do mais alto órgão de soberania, que já aqui esteve em várias ocasiões oficiais.

Marcelo Rebelo de Sousa, em agosto de 2020, numa visita oficial ao concelho de Lagos, para conhecer alguns dos mais importantes polos económicos e turísticos desta zona do Barlavento



Assinatura do Acordo de Amizade no âmbito do “EuroAmericas Forum”, em Carcavelos. Na foto: Hugo Pereira (presidente da C.M. de Lagos), Carlos Carreiras (presidente da C.M. Cascais) e Jim Diodati (presidente de Niagara Falls)

LAGOS E NIAGARA FALLS ESTREITAM RELAÇÕES DE AMIZADE

Lagos e o município de Niagara Falls (Canadá), assinaram um acordo de amizade, tendo em vista o estreitamento de relações de cooperação. A cerimónia teve lugar em Carcavelos, no decorrer do EuroAmericas Forum, evento promovido pelo Conselho da Diáspora Portuguesa, que reuniu governantes, empresários, filantropos, académicos e representantes de organizações globais de alto-nível, como a ONU e a OCDE, com o intuito de criar soluções para os desafios comuns existentes nos dois lados do Atlântico.

À margem do painel “Cidades Irmãs: Diplomacia e Desenvolvimento”, o primeiro EuroAmericas Forum ficou marcado pela assinatura de acordos de geminação e de amizade, um dos quais entre Lagos e Niagara Falls, através do qual os dois municípios iniciaram um processo de cooperação que pode representar uma alavanca para parcerias estratégicas nas áreas social, económica, cultural, ambiental e institucional, promovendo o desenvolvimento mútuo dos territórios. Este acordo representa um novo marco

na estratégia das relações externas de Lagos, aumentando a abrangência geográfica dos territórios e comunidades com os quais o município tem relações de amizade e cooperação.

Quer saber quais são esses municípios? Consulte, no website cm-lagos.pt, a página “Geminacões, Cooperacões e Colaboracões”.



HERÁLDICA DAS TERRAS DO INFANTE

A 13 de novembro assinala-se a data da morte do Infante Dom Henrique, patrono da associação que une os municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo. Esse foi, por isso, o dia escolhido para a apresentação do brasão e bandeira da Associação de Municípios Terras do Infante, símbolos heráldicos que passam a representar oficialmente esta associação de municípios de fins específicos.

O momento serviu, igualmente, para reafirmar o compromisso de cooperação dos três municípios no contexto da associação, visando a valorização e promoção do território, o desenvolvimento de projetos em parceria e a defesa dos interesses das populações, beneficiando dos ganhos de escala e notoriedade próprios do intermunicipalismo.

A apresentação desta heráldica – a primeira concebida para uma associação de municípios – teve lugar em Lagos, com a presença de membros dos respetivos órgãos, assim como de autarcas dos municípios e das juntas

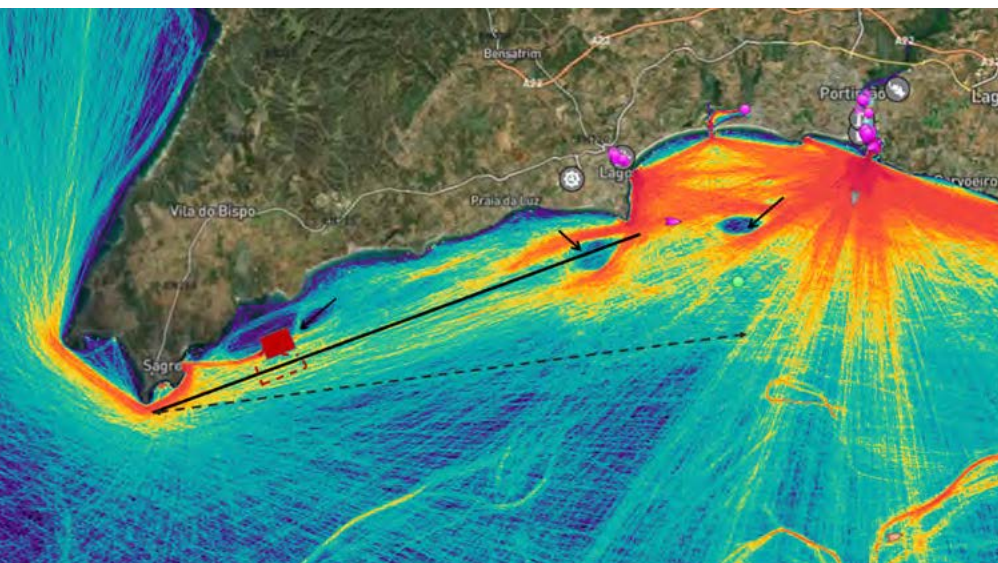
de freguesia do triângulo vicentino. Coube ao historiador José António Martins explicar o processo e apresentar a simbologia dos elementos visuais patentes no brasão e na bandeira, a qual evoca uma identidade geográfica e administrativa que remonta ao período cronológico datado entre 1415 e 1460, quando estas terras eram domínio do senhorio Infante D. Henrique.

A ordenação heráldica do brasão e bandeira da Associação de Municípios Terras do Infante foi objeto de parecer prévio da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e publicação em Diário da República.



A sessão foi presidida por Rute Silva (presidente da C.M. de Vila do Bispo e vogal do Conselho Diretivo da Associação), acompanhada por Sara Coelho (vereadora da C.M. de Lagos e presidente da Assembleia Intermunicipal) e José Amarelinho (secretário-geral da A.M. Terra do Infante)





Tráfego da náutica de recreio e lazer entre a Ponta de Sagres e a Baía de Lagos. Explorações já existentes assinaladas com setas pretas. Área de expansão Finisterra 1 assinalada com retângulo tracejado a vermelho. A linha preta representa o circuito mais curto utilizado atualmente e o tracejado a preto o rumo que o tráfego passará a seguir

MUNICÍPIO É CONTRA NOVA EXPLORAÇÃO DE AQUACULTURA EM MAR ABERTO

Em causa está a eventual concessão de um Título de Atividade Aquícola (TAA) relativo à expansão de um estabelecimento de culturas em águas marinhas na costa sul do concelho vizinho de Vila do Bispo, o qual poderá prejudicar a pesca, a náutica e o turismo e, consequentemente, a economia e tecido social local e algarvios.

A expansão desta exploração destina-se à produção de Mexilhão-do-Mediterrâneo, em regime extensivo, entre a Ponta dos Caminhos e Ponta do Torre (Vila do Bispo), representando uma área total de 2 956 955 m².

Nesta zona de mar, centenas de embarcações de pesca artesanal exercem a sua faina, impactando negativamente a sua atividade e fontes de rendimento de mais de 300 famílias. A área em causa constitui, também, uma zona de pesca com valor significativo

na captura de sardinha, carapau, cavala, besugo, polvo e mariscos, entre outras espécies.

A náutica (recreio, turismo de mar, eventos, operadores marítimo-turísticos, reparações navais) é outro dos setores afetados por esta exploração, acarretando consequências nefastas para o concelho de Lagos, bastante ligado a esta valência. Tendo em conta o habitual tráfego marítimo na costa do barlavento algarvio, existe o risco de que as embarcações

de recreio possam afastar-se ou até evitar atracar em território nacional. A segurança merece igual preocupação, dado que este tipo de infraestrutura envolve equipamentos (cabos e boias) que condicionam a navegação, muitas vezes com deficiente sinalização que, associadas aos ventos e correntes, representam um perigo para pessoas e bens, para além dos danos na reputação relativamente às atividades de mar no território.

Apesar de reconhecer a importância da aquacultura em mar aberto e os seus contributos para a economia do país, perante os efeitos prejudiciais desta exploração nas atividades piscatórias e náuticas, turismo e economia local, a Câmara de Lagos manifestou junto da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos a sua total discordância em relação à concessão do TAA à empresa Finisterra, aproveitando para alertar para a necessidade de se reavaliar a legislação reguladora deste tipo de atividade, de forma a ter em conta os impactos negativos nas regiões e implementar instrumentos de fiscalização mais eficazes.



LAGOS ADERIU À REDE REGIONAL DE APOIO E PROTEÇÃO A VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

No dia 18 de outubro comemora-se o Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, data instituída pela União Europeia para consciencializar os decisores políticos e a sociedade civil para a implementação de políticas de combate a esta problemática.

O município assinalou a data com a adesão à Rede Regional do Algarve de Apoio a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, que tem a funcionar uma equipa multidisciplinar especializada e como objetivos, entre outros: prestar apoio especializado e multidisciplinar; prevenir as situações de reiteração, promovendo as capacidades e competências das vítimas; apoiar o retorno assistido das vítimas estrangeiras aos seus países de origem ou muni-las dos respetivos documentos previstos na

lei; promover a sensibilização e formação de elementos com intervenção na área; e informar as vítimas quanto aos seus direitos e deveres na permanência em Portugal.

Em Lagos, a temática tem sido abordada no âmbito das atividades promovidas pelo Museu Municipal, designadamente a propósito do Dia Internacional para a Abolição da Escravatura, pelo que a adesão do município à Rede é uma oportunidade para consolidar o trabalho desenvolvido.





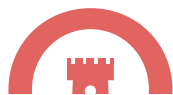
CONCLUÍDA A CONSOLIDAÇÃO DA ARRIBA DA D. ANA

A intervenção de estabilização da arriba permitiu reabrir o acesso viário e pedonal neste que é um dos mais visitados e apreciados troços da costa algarvia.

Esta intervenção visou abrandar o processo de instabilidade e erosão da arriba, qualificar as acessibilidades e implementar outras medidas urgentes para reduzir o impacto visual negativo de toda aquela área. A empreitada foi desenvolvida ao abrigo do contrato firmado com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito do qual o referido instituto público autorizou a autarquia a elaborar os projetos e a intervir na proteção do litoral em sua substituição, atendendo à urgência da obra. O município assumiu integral-

mente os custos da intervenção, com a intenção de submeter candidatura a financiamento. Segundo confirmação oficial, o Estado vai agora, através do Programa Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030, assumir a sua responsabilidade e ajudar a pagar esta intervenção.

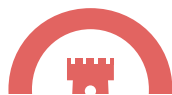
A Câmara tem chamado a atenção das entidades competentes para a necessidade de se intervir igualmente na arriba do Pinhão, reiterando a sua disponibilidade para o desenvolvimento dos estudos necessários, em colaboração com a APA e o Ministério do Ambiente.



Edifício habitacional de 12 fogos na Chesgal (Lagos). Com a obra concluída, decorre a tramitação dos procedimentos para a celebração dos contratos de arrendamento e entrega dos fogos.

CONSTRUIR MAIS HABITAÇÃO E REABILITAR A JÁ EXISTENTE

Com o novo edifício multifamiliar na CHESGAL concluído, o município dedica a sua atenção a outros empreendimentos habitacionais previstos na Estratégia Local de Habitação.



Em Barão de São João, em breve começarão a tomar forma os seis fogos da empreitada contratada por 807 500 euros, o mesmo acontecendo na Cerca do Cemitério, em Lagos, onde já se iniciaram os trabalhos de construção do edifício multifamiliar de 12 fogos, orçados em 1,48 milhões de euros, os últimos do primeiro conjunto de 47 fogos atribuídos por concurso a famílias de Lagos.

Em fase de lançamento de concurso estão os processos referentes aos 24 fogos (em moradias bifamiliares) a construir no Chinicato (cujo primeiro procedimento ficou deserto por ausência de propostas) e aos empreendimentos de Santo Amaro (51 fogos) e Bensafrim (34 fogos). Nesta vila irão surgir dois novos empreendimentos, um de 20 fogos, a edificar no loteamento municipal Lacóbriga, e outro de 14 fogos, a construir junto

ao Mercado Municipal, o último dos quais já com aprovação de abertura de concurso para uma empreitada de conceção-construção a rondar os 2,5 milhões de euros. O município optou por esta figura de contratação pública, que permite confiar à mesma empresa a elaboração do projeto (com base num estudo prévio já existente) e a subsequente obra por empreitada, como forma de tramitar mais rapidamente os mecanismos legais inerentes à realização de investimento público.

Com projeto de execução concluído e em fase de recolha de parecer das entidades externas, deverá avançar em breve a abertura de concurso para a empreitada dos fogos incluídos no pacote de 104 novos apartamentos a construir na Urbanização Chesgal, em Lagos, que perfazem o segundo conjunto de 213 fogos previstos

na Estratégia Local de Habitação. A reabilitação das urbanizações municipais existentes é outra das prioridades. Dada a dimensão do parque habitacional municipal, esta tem vindo a ser concretizada faseadamente. Neste âmbito, foi adjudicada uma empreitada de substituição de vãos e estores dos blocos 1 a 4 do Agrupamento Habitacional de Bensafrim e blocos 5 a 8 do Agrupamento Habitacional do Chinicato. Os trabalhos contemplam a instalação de caixilharia com características térmico-acústicas superiores, visando a melhoria do desempenho energético das frações, o que representa um investimento muito próximo dos 400 mil euros. Soma-se a empreitada de reabilitação exterior da Urbanização Municipal do Chinicato C, constituída por quatro moradias.



Para Santo Amaro estão previstos 51 fogos, conforme o Estudo Prévio realizado.
A empreitada de conceção/construção tem um custo estimado de 8.24 milhões de euros

AMPLIAÇÃO DO MUSEU DE LAGOS

O Museu de Lagos José Formosinho vai abrir ao público o seu Núcleo de Arqueologia, parcial e temporariamente, com duas salas de animação. O objetivo é acolher provisoriamente neste espaço as várias atividades de divulgação e mediação educativa promovidas através da Divisão de Museus e Bens Culturais, podendo incluir visitas pontuais aos vestígios arqueológicos.



A 1.ª fase da obra de ampliação do Museu de Lagos Dr. José Formosinho, que foi cofinanciada pelo FEDER no âmbito do CRESC Algarve 2020, está concluída, tendo colocado a descoberto, no logradouro, os vestígios arqueológicos da urbe contemporânea do Infante D. Henrique (século XV), assim como a torre e muralha medieval da cidade, mais concretamente a torre albarrã poente que flanqueava a Porta da Vila do recinto muralhado medieval. A intervenção permitiu, igualmente, preservar o edifício correspondente à antiga cadeia, construída no final do século XV, renovada em 1705 e utilizada até 1940, onde funcionou, posteriormente, a esquadra de Lagos da PSP.

O Núcleo de Arqueologia abrirá ao público com conteúdos expositivos permanentes após uma 2.ª fase de intervenção. No imediato, a Câmara tem em mãos a reformulação do projeto e os demais trabalhos especializados necessários para dar forma e concretização ao discurso museológico definido para este espaço, o qual enquadrará a exposição dos acervos datados entre a Pré-História e 1460, juntando à coleção compilada pelo Dr. Formosinho e pelo seu filho os espólios resultantes da intensa atividade arqueológica do município desde o ano 2000. Esta secção de arqueologia complementará cronologicamente a exposição patente no já renovado núcleo sede do Museu.

Vestígios arqueológicos de construções urbanas do séc. XV

AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DAS NAUS

Está a decorrer o concurso para a empreitada de ampliação e requalificação da Escola Básica 2,3 das Naus. A intervenção, que representa um investimento de 12 milhões de euros, está prevista na Carta Educativa e consta do Acordo Sectorial de Compromisso subscrito entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo cofinanciada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O objetivo é resolver os problemas estruturais deste edifício escolar; ampliar a sua capacidade e adequar as salas de aula e espaços de valências específicas

às necessidades atuais. A área exterior, de recreio e prática desportiva, será igualmente requalificada, estendendo-se para o atual parque de estacionamento. Para garantir a continuidade do funcionamento da atividade letiva, a empreitada será executada de forma faseada e articulada com o Agrupamento de Escolas Gil Eanes.

Este investimento não será o único a beneficiar a rede escolar concelhia, já que está prevista a ampliação da Escola Tecnopolis, conforme projeto atualmente em elaboração.



FOI ADJUDICADA OBRA ESTRATÉGICA PARA AS ÁREAS EMPRESARIAIS

Um valor superior a 4,6 milhões de euros é quanto o município irá investir na execução de infraestruturas de nova geração para servir as áreas de acolhimento empresarial localizadas no concelho. O investimento, cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), visa promover a transição verde e digital destes polos de desenvolvimento empresarial, garantindo a competitividade das empresas aí instaladas.

A empreitada adjudicada integra quatro componentes: a implementação de medidas de prevenção e proteção contra incêndios; a instalação de soluções integradas em estações de telecomunicações 5G para reforço da cobertura de rede; a instalação de sistemas de produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo; e a criação de pontos de carregamento

de veículos elétricos, tendo em vista a transição para uma mobilidade mais sustentável.

O investimento irá beneficiar uma área total de cerca de 165 mil m², onde estão instaladas várias dezenas de empresas, distribuídas pelas três áreas de acolhimento empresarial de Lagos (Área Municipal Empresarial do Chinicato, Área Empresarial da Marateca e Área Empresarial do Chinicato - Pinheiral).



OBRAS DE RENOVAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

A situação das reservas de água a Barlavento, apesar da recente melhoria, continua crítica, a avaliar pelo último Boletim Semanal de Albufeiras divulgado pela Agência Portuguesa do Ambiente, segundo o qual, a 3/3/2025, a bacia hidrográfica das ribeiras do Barlavento registava um volume de 28% da sua capacidade, um nível, ainda assim, muito aquém da média verificada nos últimos dez anos em igual período, que foi de 76%. A Barragem da Bravura, com as últimas chuvas, deixou de estar em alerta vermelho, sendo agora a segunda barragem mais vazia no Algarve, depois da Barragem do Arade.

Eficiência na distribuição e consumo de água é, por isso, a palavra de ordem. A par das grandes obras anunciadas pelo Estado central, como são o reforço do abastecimento de água ao Algarve através da solução da tomada de água no Pomarão e a construção da estação de dessalinização, os municípios da região estão a dar o seu contributo para alcançar uma maior eficiência hídrica. A construção de condutas que permitam a distribuição de água de origens alternativas (ex. água para reutilização produzida pelas ETAR, passível de aplicação na rega de

campos de golfe e espaços verdes ou na limpeza urbana) e a redução das perdas nas redes de abastecimento urbano são duas importantes componentes do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Em Lagos, o trabalho de implementação do Plano de Eficiência Hídrica do município é contínuo e traduz-se em várias frentes de intervenção, merecendo, nesta edição, destacar as empreitadas cujo valor global de investimento, participado pelo PRR, ultrapassa os oito milhões de euros.

“Substituição de condutas de fibrocimento que abastecem as povoações de Espiche e Almádena, a partir do reservatório de Monte Lemos” (1.994.172,97€, acrescido de IVA) – em execução.

“Diminuição de perdas de água no sistema distribuidor sob influência do reservatório RI no concelho de Lagos” (660.755,16€, acrescido de IVA) – em execução.

“Substituição da rede de abastecimento de água da Cama da Vaca e pavimentação” (174.347,51€, acrescido do IVA) – em execução.

“Substituição da conduta de abastecimento de água do RI à cidade de Lagos - troço entre a Rotunda de São João e o Terminal Rodoviário” (784 412,50€, acrescido de IVA) – adjudicada.

“Diminuição de perdas de água no sistema distribuidor do concelho de Lagos” (preço base de 4.700.000,00€) – concurso a decorrer.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O consumo energético é outra das áreas que inspira a atenção da autarquia. Garantir a adequada iluminação de espaços públicos, sem que tal implique um dispêndio desne-

cessário de energia, é o objetivo dos investimentos de remodelação da rede de iluminação pública que têm vindo a ser feitos.

Seguindo-se a outras intervenções já

terminadas, o município lançou mais duas empreitadas, desta vez a incidir na Urbanização Cerro das Mós (em Lagos) e na Urbanização Dunas Douradas (junto à Estrada da Meia Praia).

AUTARQUIA INVESTE EM FIBRA ÓTICA

Melhorar as condições de comunicação entre edifícios e serviços municipais, disponibilizar acesso público, gratuito e universal, à *Internet* e criar as condições para a instalação de um sistema de videovigilância em determinadas áreas urbanas, interligado às forças policiais, são os objetivos do concurso lançado.

A criação desta infraestrutura de cablagem em fibra ótica, entretanto adjudicada por cerca de um milhão de euros, é encarada como um investimento na eficiência da gestão pública e recurso indispensável à viabilização e futura implementação de tecnologias ligadas, por exemplo, à Mobilidade Inteligente e ao Turismo Inteligente.





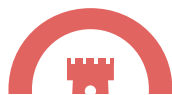
A última grande invasão de algas com que o município teve de lidar aconteceu na Meia Praia



Por Okamura, Kintaro - <https://www.flickr.com/photos/biodivlibrary/8006302486>, Domínio público

ALGAS INVASORAS TRANSFORMAR O DESAFIO EM OPORTUNIDADE

A conferência foi organizada pela Associação Limpeza Urbana (ALU), com o apoio do município lacobrigense, juntando, no Auditório Paços do Concelho Séc. XXI, no final de novembro, autarcas, entidades regionais e nacionais e outros interessados em debater esta problemática que, nos últimos anos, tem afetado de forma crescente a costa portuguesa. Abordando várias perspetivas, a mensagem foi clara: mais cooperação entre autarquias, maior envolvimento da comunidade científica, valorização económica das algas recolhidas e necessidade de criação de um fundo de apoio do governo central para os municípios afetados.



Detetada pela primeira vez em Portugal continental na Praia D. Ana, em 2021, a espécie *Rugulopterix okamurae* é originária da costa asiática. O seu crescimento dá-se nas rochas e geralmente aparece com temperaturas mais altas da água e marés agitas, fazendo com que se soltem e acumulem nas praias, sendo o caso mais recente a sua presença em grandes quantidades na Meia Praia. A situação tem piorado, com especial incidência no Barlavento Algarvio, mas também na costa espanhola, afetando ambiente, turismo e economia local, além dos encargos que a remoção desta espécie invasora gera para as autarquias. Traçando um perfil dos seus benefícios, perigos e comportamentos, Rui Santos (Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve) referiu que, através de investimento, a comunidade científica pode cooperar com investigação, mapeamento e previsão, permitindo antecipar e adequar a intervenção. Para este académico é, também, imprescindível uma maior valorização económica deste recurso através da criação de biorrefinarias que possibilitem a reutilização (transformando esta matéria orgânica em rações, fertilizantes ou fibras para a indústria têxtil, por exemplo). Já Conceição Gago (Agência Portuguesa do Ambiente – Algarve) garantiu que a presença desta espécie exótica não afeta a qualidade da água balnear, sendo necessária regulamentação, por parte das entidades competentes, relativamente às soluções para o problema. Franciso Cerdan, delegado de turismo e praias da Costa del Sol

Occidental (Espanha), partilhou a sua experiência, a qual passa pela cooperação intermunicipal, assim como a necessidade de se olhar para a alga como um resíduo com características diferentes do doméstico.

Numa perspetiva mais prática, foram apresentadas iniciativas empresariais inovadoras e de menor impacto ambiental, nomeadamente a remoção das algas através de aspiração em pleno mar, o que permite evitar a acumulação nos areais, uma experiência que já está a ser implementada em Lagos, contando com a colaboração de pescadores locais.

No espaço de quatro anos, a autarquia lacobrigense gastou cerca de 348 mil euros na remoção das macroalgas das praias do concelho. As seis mil toneladas recolhidas foram entregues a agricultores nas áreas do Vale da Lama e Sargaçal, revertendo para o desenvolvimento da produção local.

NOVAS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Já depois da realização deste evento em Lagos, a ALU continuou a desencadear iniciativas para manter o tema no centro do debate, primeiro com a publicação de um artigo de opinião no jornal Expresso, onde o presidente da Direção, Luís Almeida Capão, referindo-se aos territórios mais afetados pela invasão por algas, reforça a necessidade de ser criado “um instrumento financeiro de emergência que apoie os concelhos afetados na sua capacidade de resposta e recuperação, como

acontece para os agricultores em caso de fenómenos climáticos extremos”, para que “estes continuem a ser o postal turístico que tanto nos promove”, e, já mais recentemente, a 10 de janeiro, em reunião realizada com a Secretária de Estado do Mar, onde, em representação da ALU, Luís Capão e Hugo Pereira manifestaram as preocupações dos seus associados com os impactos da presença de algas invasoras nas praias portuguesas, designadamente em atividades económicas como o turismo ou a pesca, e apresentaram propostas para responder a este desafio.

“Cada mensagem de alerta de algas nas praias não é apenas uma dor de cabeça para os decisores locais. É mais dinheiro para resolver problemas, menos para investir nas pessoas.”

Luís Almeida Capão, presidente da direção da ALU in Expresso, 12 de dezembro 2024

MEDIDAS PRECONIZADAS PELA ALU PARA RESPONDER AO DE- SAFIO COLOCADO PELAS ALGAS INVASORAS:

- Criação de um instrumento de apoio financeiro às autarquias para os custos associados a este fenómeno;
- Dinamizar uma fileira de empresas inovadoras;
- Apostar em ações de I&D para novas formas de valorização deste resíduo, através, por exemplo, da criação de uma agenda mobilizadora.



Ana Rita Pico (chefe da Divisão de Ambiente) recebendo o diploma "Bandeira Verde ECO XXI 2024" conquistado pelo município de Lagos

GALARDÃO AMBIENTAL ECO XXI LAGOS ALCANÇOU RESULTADO HISTÓRICO

Pela primeira vez, a pontuação da candidatura do município de Lagos ao galardão ambiental ECO XXI alcançou o escalão acima dos 80%, confirmando a consolidação das políticas públicas locais de promoção da sustentabilidade. Em 2023, Lagos obteve uma pontuação de 76% e nesta última edição, referente a 2024, o resultado subiu para 81,7%, o mais alto registado na participação do município neste programa. A distinção, consubstanciada na atribuição da Bandeira Verde Município ECO-XXI, foi recebida na Cerimónia de Entrega dos Galardões ECOXXI, realizada a 28 de novembro, na Casa das Histórias Paula Rego, em Cascais.

A pontuação máxima da candidatura de Lagos foi obtida nos indicadores "8 - Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade" e "10 - Saúde e Bem-Estar (Humano e Animal)". Para além destes, o município destacou-se, pelo bom desempenho em indicadores como: a Promoção da Educação Ambiental por iniciativa do município; Programas Escolares; Transparência, Digitalização e Conectividade; Cooperação com a Sociedade Civil; Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade); e Turismo Sustentável.

O programa ECO XXI, promovido pela ABAAE – Associação Bandeira Azul do Ambiente e Educação, promove e reconhece as boas práticas e ações desenvolvidas a nível local, distinguindo os municípios que mais apostam em políticas de sustentabilidade. Lagos é um dos 18 municípios portugueses que participa no ECO XXI desde o início deste programa (2006). Através da análise de

21 indicadores de sustentabilidade local, é avaliada a prestação dos municípios, identificando as áreas com melhor performance e as que necessitam de melhoria. Na edição de 2024, foram atribuídas 61 Bandeiras Verdes ECOXXI. Lagos integra o grupo dos "TOP 20", tendo alcançado a melhor pontuação geral entre as quatro candidaturas apresentadas por municípios algarvios.

Merece recordar, igualmente, os programas Eco-Escolas e Eco-Freguesias XXI, nos quais têm participado, respetivamente, estabelecimentos do Agrupamento de Escolas Júlio Dantas e a Freguesia de São Gonçalo de Lagos.

Mais informações sobre esta edição disponíveis na página:
ecoxxi.abaae.pt/municipios-ecoxxi-2024



ANDAR N'A ONDA É AINDA MAIS ACESSÍVEL MUNICÍPIO CONGELA PREÇOS E ADOTA O "CÍRCULA PT"

Mais informações em:



O município já tinha decidido não aumentar os preços dos bilhetes e passes do Serviço de Transportes Urbanos "A ONDA". A par desta decisão, a Câmara aprovou, agora, a adoção do novo benefício "Circula PT".

Todos os anos a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) fixa a Taxa de Atualização Tarifária para o serviço público de transportes de passageiros a vigorar no ano seguinte. Em 2024 essa taxa foi de 6,43% e em 2025 ficou nos 2,02%, fixando o referencial de atualização dos tarifários dos operadores. No entanto, em Lagos, para incrementar a utilização do transporte público, o muni-

cípio decidiu absorver esse aumento nas suas contas, mantendo para os utentes o tarifário praticado desde 2012, a par dos benefícios que já vinham sendo praticados relativamente aos títulos mensais.

A novidade, a partir de agora, é a introdução no tarifário do "Circula PT". Trata-se de um benefício, criado pela Portaria n.º 322-A/2024/1 de 10 de dezembro, que visa tornar os trans-

portes públicos ainda mais acessíveis por parte dos cidadãos em situação de carência económica, portadores de incapacidade permanente igual ou superior a 60% e desempregados de longa duração. Os utentes que reúnam os requisitos fixados podem, mediante requerimento, ter acesso, consoante as condições, a 50 ou a 25% do PVP dos títulos mensais, a somar aos descontos já praticados em Lagos.

Nos títulos mensais a única alteração corresponde à criação do "Passe Deficiente e Reformado/Pensionista" e do "Passe Desempregado" (leia-se: não residentes), uma vez que o tarifário d'A ONDA já consagrava um conjunto alargado de passes com descontos, designadamente: o Passe Sénior – Residente no Concelho; o Passe Sénior (não residente); o Passe Deficiente e Reformado/Pensionista – Residente no Concelho; o Passe Desempregado – Residente no Concelho; o Passe Antigo Combatente; o Passe Antigo Combatente Sénior; o Passe 4-18+TP; e o Passe Sub23+TP.

Os requerimentos para aceder ao benefício "Circula PT" deverão ser apresentados no Terminal Rodoviário e demais postos de venda d'A ONDA.





RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO DE ESPAÇOS VERDES



Com o objetivo de melhorar imagem de Lagos e garantir a sua sustentabilidade ambiental e urbana, o município tem estado a recuperar os espaços verdes da cidade.

São exemplo desta campanha o Jardim da Constituição (recuperação do relvado), a Praça da Ribeira das Naus (requalificação do canteiro central com recurso à utilização de materiais inertes e plantação de arbustos e plantas herbáceas com flor), assim como as áreas relvadas da “rotunda das

cadeiras” e do retorno viário junto à pagarem de táxis, na Avenida dos Descobrimentos.

Em simultâneo, prossegue a reconversão gradual e faseada de alguns espaços verdes, promovendo o arranjo destas áreas com materiais inertes, como forma de reduzir as necessidades de rega e o consumo de água. Os canteiros situados nas traseiras dos Antigos Paços do Concelho, em Santo Amaro e em São João, são alguns exemplos recentes deste tipo de intervenção.

FONTE DA CARAVELA FOI REQUALIFICADA

Localizada na Rotunda de São João, a fonte luminosa que representa as embarcações utilizadas nas viagens dos Descobrimentos foi alvo de profundas obras de reabilitação, incluindo um sistema de abastecimento mais sustentável para evitar o desperdício de água. A pensar na sustentabilidade ambiental e nos problemas de escassez de água que a região tem enfrentado, o abastecimento é agora feito com água reutilizada proveniente da lavagem dos filtros das Piscinas Municipais, às quais foram efetuadas as respetivas ligações.





DICAS ECOLÓGICAS: ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A iluminação pública é uma característica das áreas urbanas, sendo determinante para a humanização das cidades, vilas e aldeias, nos períodos em que não existe luz natural, uma vez que cria as condições para as pessoas continuarem a usufruir do espaço público com segurança e conforto.

Apesar do constante investimento que o município tem feito na renovação da rede, substituindo as luminárias por tecnologia LED, mais eficiente do ponto de vista da regulação da luminosidade e consumo energético, acontece, pontualmente, existirem lâmpadas ou até ruas inteiras apagadas. O que pode o cidadão fazer nestas situações, como e a quem reportar é o que lhe explicamos neste primeiro artigo da nova rubrica “Dicas Ecológicas”.

QUEM É QUEM?

A E-REDES é a empresa concessionária da distribuição de eletricidade de baixa tensão nos 278 municípios de Portugal Continental.

A implementação, conservação e gestão das redes é da responsabilidade dos municípios, mas, nos termos dos contratos de concessão das redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão, os municípios delegaram esta responsabilidade na concessionária (a E-REDES).

A QUEM DEVO COMUNICAR UMA ANOMALIA?

Sempre que os serviços e as equipas do município detetam diretamente ou recebem relatos dos munícipes informando sobre anomalias na rede de iluminação pública, é efetuado o reporte à E-REDES para que esta entidade proceda à verificação e resolução da anomalia.

Para além disso, existe uma plataforma, disponível para o público em geral, que pode ser utilizada pelos cidadãos para reportar anomalias na iluminação pública (lâmpadas apagadas ou ruas totalmente apagadas) e/ou situações de risco (ex. postes caídos ou outros).

COMO COMUNICAR?

Se detetou um candeeiro na rua com a lâmpada apagada, uma luz intermitente ou mesmo uma rua inteira sem iluminação pública, informe a E-REDES para que a anomalia seja

corrigida o mais rapidamente possível. Pode fazê-lo, de forma simples e rápida, através das seguintes formas de contacto:

- no Balcão Digital da E-REDES, preenchendo um breve e simples formulário online, disponível no website balcaodigital.e-redes.pt/anomalies/public-light;



- na app E-REDES;
- ou através da linha Avarias Elétricas (800 506 506 — chamada grátis, disponível 24h/dia).

Ao comunicar este tipo de avarias estará a contribuir para uma rede de iluminação pública mais eficiente e segura, ajudando-nos a zelar pelo bem-estar de todos os cidadãos.



Dia Internacional da Pessoa com Deficiência foi assinalado com atividades artísticas, desportivas, de reflexão e debate

BALCÃO DA INCLUSÃO DOIS ANOS A PROMOVER A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Balcão da Inclusão apresentou o balanço do trabalho desenvolvido, nesta sua ainda recente caminhada, para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência.

Na vertente do atendimento ao público as prestações sociais, designadamente a prestação social para a inclusão, foi um dos temas mais procurados, sendo de registar a diversidade de assuntos suscitados, que vão desde o Atestado de Incapacidade Multiusos à carta de condução, passando pelos produtos de apoio, acessibilidade, institucionalização e emprego, entre outras.

A par desta atividade regular, o Balcão da Inclusão tem-se empenhado em dinamizar projetos e atividades de sensibilização e capacitação para a integração da pessoa com deficiência, merecendo destacar as iniciativas promovidas junto da comunidade escolar, como o projeto “Como Sou e Como Faço”, que em 2024 abrangeu 60 turmas e um universo de 981 alunos do concelho de Lagos, e o ateliê “Do mindinho ao polegar”, que

promove a literacia digital junto das pessoas com deficiência visual, demonstrando como a tecnologia é um recurso essencial na sua inclusão escolar.

Para dar visibilidade à temática, serviços e recursos disponíveis, um dos pontos altos do calendário promovido foi a Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, assinalado com o fórum “Escolhas de Vida Inclusivas – da teoria à prática”, que teve lugar no auditório dos Paços do Concelho séc. XXI. Neste âmbito, a Câmara Municipal recebeu a exposição de trabalhos realizados por utentes da Casa de Santo Amaro e completou o programa com um torneio de jogos adaptados, realizado no Pavilhão Municipal, em que participaram utentes de instituições de Lagos e Portimão, alunos das escolas e técnicos de des-

porto, comprovando que a inclusão também se faz pelo desporto, com modalidades adaptadas, como o Boccia, gincanas e Polybat.

Para capacitar a equipa técnica afeta a este serviço, a Câmara tem marcado presença em ações de formação e de esclarecimento, designadamente as organizadas pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR), entidade parceira do município na criação e funcionamento do Balcão da Inclusão.

Para saber mais sobre o Balcão da Inclusão consulte:



MANTÉM-SE APOIO ALARGADO À VACINAÇÃO INFANTIL

A Câmara mantém, em 2025, o apoio à vacinação infantil, abrangendo todas as vacinas receitadas, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), aos menores, residentes no concelho, com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos.



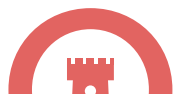
Este apoio decorre do Programa Municipal de Apoio à Vacinação Infantil, implementado em 2024, e está previsto em Regulamento Municipal, o qual autoriza a autarquia a comparticipar em 100% as vacinas prescritas no âmbito do SNS que, sendo recomendadas e consideradas vantajosas para a prevenção de doenças, ainda não

têm administração contemplada no Plano Nacional de Vacinação, o que dificulta o acesso universal por parte das famílias.

Os pedidos de apoio têm de ser apresentados antes da administração das vacinas, já que o pagamento destas é efetuado diretamente pelo município à entidade fornecedora, a indicar pelos serviços da autarquia.

O requerimento está disponível na página dos **SERVIÇOS ONLINE**:





BAIRRO DE ODIÁXERE GANHOU PINTURA MURAL

À semelhança do que aconteceu em Lagos e em Bensafrim, desta vez coube ao Bairro Rossio dos Madalhais, em Odiáxere, receber a visita do projeto ARTURb – Artistas Unidos em residência, dinamizado pelo Laboratório de Atividades Criativas (LAC).

Antecedida de uma sessão comunitária que juntou os promotores da iniciativa, artistas e residentes, a nova obra de arte urbana ganhou forma em menos de uma semana. O trabalho, da autoria do muralista alemão Eric Ve, combina, segundo as palavras do próprio, elementos tradicionais que representam a vila de Odiáxere, com outras formas, movimento e energia.

O município tem acolhido com interesse e total disponibilidade de colaboração estas iniciativas, por considerar que as mesmas contribuem para a valorização do parque habitacional municipal e para o bem-estar residencial das famílias que nele habitam.

A Rua 25 de Abril deste bairro integra agora o roteiro de arte urbana de Lagos, que merece conhecer e visitar.





POSTOS DE ATENDIMENTO DA ESTRUTURA DE MISSÃO AIMA REFORÇAM A RESPOSTA LOCAL À POPULAÇÃO IMIGRANTE

O município dispõe, desde 2007, de uma estrutura de apoio à população migrante, atualmente designada “Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM)”.

Assumindo-se como espaço de informação descentralizado, tem como objetivo ajudar a resolver os problemas das pessoas migrantes com eficácia e humanidade, apoiando o processo do seu acolhimento e integração, em articulação com as estruturas locais e promovendo a interculturalidade. Este serviço presta informação em áreas como a regularização, nacionalidade, rea-

grupamento familiar, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano, representando uma mais-valia para o acolhimento e integração da população migrante em Lagos.

A regularização da permanência em território nacional continuou a ser da alçada e responsabilidade do SEF, atual Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). O avolu-

mar dos processos de regularização em lista de espera levou à criação, em 2024, da Estrutura de Missão para a Recuperação dos Processos Pendentes na AIMA (EMAIMA), que, como o próprio nome indica, tem como missão acelerar o tratamento dos processos de regularização de imigração pendentes, convocando os municípios a darem o seu contributo para este esforço nacional.



Em linha com a posição historicamente assumida pelo município, a Câmara de Lagos decidiu abraçar este novo desafio e cooperar com o Estado Central para benefício das populações, disponibilizando-se a reforçar a colaboração com a AIMA e com a recém Estrutura de Missão, passando a assumir tarefas de atendimento presencial relacionadas com a concessão e renovação de autorizações de residência, no âmbito de procedimentos administrativos da competência das referidas entidades. Esta nova resposta entrou em funcionamento no final do mês de novembro e, desde então, muitos foram os imigrantes aqui atendidos. O relatório de acompanhamento revela que, no espaço de pouco mais de dois meses, os dois postos de atendimento de Lagos ligados à Estrutura de Missão AIMA receberam um total de 855 marcações que se concretizaram em 800 atendimentos presenciais.

Os termos da parceria, que permitiram a entrada em funcionamento dos postos de atendimento da AIMA em Lagos, estão fixados no protocolo celebrado entre as três entidades (EMAIMA, AIMA e município). O objetivo é simplificar os procedimentos de receção e encaminhamento dos pedidos, contribuindo para o esforço nacional de tramitar e concluir, até 31 de maio de 2025, o volume de processos de concessão e renovação de autorização de residência que se encontram pendentes, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados às pessoas que aguardam pela respetiva regularização da sua presença em território nacional.

O atendimento funciona de segunda a sexta, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, no espaço físico do Gabinete do Cidadão e Empresas, localizado no

Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, com recursos humanos disponibilizados pelo município. As tarefas destes atendedores passam por fazer a recolha de dados pessoais e biométricos dos requerentes, receber os documentos necessários à análise do pedido, verificar a autenticidade e validade da documentação apresentada e proceder ao respetivo encaminhamento para a Estrutura de Missão. Para exercer cabalmente estas funções os atendedores receberam formação dada pela EMAIMA.

Não obstante esta descentralização do atendimento presencial, a gestão da lista de espera e os agendamentos continuaram a ser da responsabilidade da Estrutura de Missão, dado que o objetivo desta resposta é, precisamente, tratar os processos pendentes e não novos pedidos, pelo que o atendimento destina-se exclusivamente aos cidadãos que tenham na sua posse uma notificação/confirmação de agendamento emitida pela Estrutura de Missão ou pela AIMA.

Lino Bernardo, coordenador do Gabinete do Cidadão e Empresas (unidade orgânica que congrega esta e outras valências dos serviços de atendimento do município), avalia positivamente o funcionamento desta nova resposta, sublinhando a atitude compreensiva, correta e cooperante dos cidadãos migrantes atendidos nestes dois novos balcões.

A implementação desta nova valência de atendimento permitiu aumentar o leque dos serviços disponibilizados à população, reforçando o sistema municipal de atendimento ao cidadão, assim como os mecanismos de ligação entre as pessoas e a gestão autárquica para tornar LAGOS MAIS PRÓXIMA DAS PESSOAS, MAIS INCLUSIVA e PARA TODOS.

O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO MIGRANTE EM NÚMEROS

Postos de atendimento de Lagos da Estrutura de Missão AIMA

Período de referência: 29/11/2024 a 31/1/2025

N.º de marcações feitas pela AIMA: 855

N.º de presenças (atendimentos presenciais realizados): 800

CLAIM Lagos

Período de referência: 1/11/2024 a 31/01/2025

N.º de atendimentos 2 424

Nacionalidades atendidas: 71

As 10 nacionalidades mais representativas: Brasil; Índia; Reino Unido; Ucrânia; Nepal; Cabo Verde; Angola; Estados Unidos da América; Paquistão; Alemanha

Concelhos de residência: 34

(52,85% residentes no concelho de Lagos e os restantes 48% oriundos de outros concelhos, sobretudo concelhos algarvios, registando-se alguns atendimentos a pessoas residentes na grande Lisboa e zona norte do país).

TODOS CONTAM NO PROGRAMA DE LITERACIA FINANCEIRA

Em parceria com o município, formadores do programa de literacia financeira “Todos Contam”, promovido pelo Banco de Portugal, vieram a Lagos apoiar os professores de 1.º ciclo (AEC e titulares de turma) na abordagem da educação financeira junto das crianças. O objetivo da sessão, promovida no passado mês de outubro, foi proporcionar ao corpo docente a aquisição de conteúdos de economia e finanças, com vista à abordagem da educação financeira no quadro da educação para a cidadania. Um conjunto de materiais pedagógicos ajudam também a disseminar estes conteúdos junto da comunidade escolar.

Na mesma ocasião, o Banco de Por-

tugal dinamizou sessões de literacia financeira sobre os temas “gestão do orçamento” e “poupança” para alunos do 12.º de escolaridade.

O Programa Nacional de Formação Financeira “Todos Contam” promovido pelos três supervisores financeiros – Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Instituto de Seguros de Portugal (atual Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) - com o envolvimento de entidades parceiras, disponibiliza, através do seu *website*, informação de grande utilidade para docentes, alunos e cidadãos em geral, uma vez que os conteúdos estão organizados em função das diferentes etapas da vida e respetivas necessidades.



Mais informações sobre o Plano Nacional de Formação Financeira em:



SOBE O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO

A Câmara atribuiu, este ano letivo, 175 bolsas de estudo a alunos do concelho. O universo de estudantes apoiados sobe, assim, 15,8 % face ao ano letivo anterior, passando de 151 para 175, com o montante financeiro a ultrapassar os 482 mil euros.

O concurso de atribuição de bolsas de estudo municipais, aberto no início do

ano letivo, registou 195 candidaturas. Destas, 175 preencheram os requisitos do regulamento, dando origem a igual número de bolsas, a maior parte das quais atribuída ao abrigo do critério 1 (1.º ao 3.º escalão do abono de família) e uma parcela menor atribuída ao abrigo do critério 2 (4.º escalão do abono de família), o que permite

aos alunos receber, respetivamente, um apoio mensal de 305,55€ ou 152,77€. Os estudantes deslocados, que frequentam estabelecimentos de ensino a mais de 50 Km, têm direito a um acréscimo mensal de 25€.

Esta despesa é assumida pelo município como um investimento na capacitação das gerações mais jovens.



AEC COM NOVOS PARCEIROS E ATIVIDADES INCLUSIVAS

Faz parte da rotina do município e dos agrupamentos escolares, em cada ano letivo, programar e implementar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Mas, para que estas possam cumprir o seu propósito, de diversificar e enriquecer as vivências e competências das crianças nos domínios lúdico, desportivo, artístico, cultural, científico e comportamental, todos os anos é feita uma avaliação do programa e identificadas necessidades e oportunidades de parceria com os agentes locais que participam ativamente na sua implementação.

Assim se foram acrescentando às áreas iniciais – da Música, da Expressão Plástica e da Atividade Física e Desportiva – outras áreas de interesse, como as Ciências Experimentais, o Xadrez, a Meditação e, agora, também a música através do ensino do cavaquinho. A novidade resulta da disponibilidade demonstrada pelo Centro de Estudos de Lagos e da sua vontade em promover a partilha intergeracional entre a associação e os alunos do 1.º ciclo, transmitindo-lhes o seu conhecimento e enorme gosto por esta tradição, que importa manter viva e preservar. A atividade está a ser dinamizada na EB de Santa Maria, pelo Grupo de Cavaquinhos desta associação.

Outra das novidades é o reforço financeiro da verba destinada às AEC. A decisão prende-se com o número de alunos com necessidades específicas (designadamente ao nível educativo e de saúde) que frequentam as atividades no presente ano letivo

e carecem de um acompanhamento individual mais personalizado. Para garantir que o programa é verdadeiramente inclusivo, a autarquia decidiu aumentar o orçamento do projeto e convidar as entidades parceiras a contribuir para o reforço das equipas afetas às AEC, com um total de mais oito professores.

As AEC são frequentadas por cerca de 1000 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Lagos. O programa é promovido pelo município, em estreita articulação com os agrupamentos escolares e a colaboração de 17 entidades parceiras, proporcionando o contacto das crianças com diversas áreas de enriquecimento curricular. A presente edição representa um encargo financeiro anual de 210.622,50€, comparticipado pelo Ministério da Educação em cerca de 50%. Ao valor inicial soma-se, agora, um investimento adicional na ordem dos 30 mil euros que visa tornar o projeto ainda mais inclusivo.

“A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos.”

Art.º 7.º da Declaração dos Direitos da Criança de 1959

“Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.”

Art.º 31.º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989

VAMOS BRINCAR

O tema não é novo e a sua importância é reconhecida pela comunidade internacional, suscitando o debate sobre a forma como a infância é vivida no contexto atual, face aos desafios do uso da tecnologia por parte das crianças e jovens, dentro e fora da escola, e ao menor tempo passado em atividades ao ar livre.

Os jogos da Macaca, do Pião, Berlinde e Saltar à Corda, são apenas alguns dos praticados nos tempos em que a brincadeira se fazia sobretudo ao ar livre, envolvendo uma maior componente de atividade física e interação social direta. Com o aparecimento dos jogos eletrónicos, a mudança das rotinas familiares, a par de toda uma série de alterações na sociedade, essas práticas perderam-se, impactando o desenvolvimento das crianças, pelo que muitos investigadores defendem o regresso ao brincar livre.

É neste contexto que surge o “Vamos Brincar”, um programa municipal destinado às escolas do 1.º ciclo que visa promover, através da divulgação de jogos tradicionais e da dinamização dos recreios, o brincar livre. O programa foi iniciado no ano letivo 2023/2024 com o “Pop-up Aventura - Brincar Livre”, uma primeira experiência de promoção da pedagogia do brincar livre que combate o sedentarismo e a intoxicação digital.

Este ano a oferta está mais consolidada, produzindo reflexos nas várias vertentes de intervenção junto das escolas, servindo de fio condutor às atividades dinamizadas no âmbito das AEC, que têm como foco a promoção do brincar, seja através de atividades livres, mas orientadas, seja incentivando à prática de jogos tradicionais. A par da formação dos profissionais da educação, foi concebida uma oficina destinada a capacitar os encarregados de educação relativamente à pedagogia do brincar livre. Para conhecer novas estratégias de intervenção e beber de outras experiências, o município tem em curso o processo de adesão ao grupo de trabalho “Brincar na Cidade Educadora” da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, que tem como objetivos a afirmação do brincar ao ar livre como elemento essencial para o desenvolvimento global das crianças, garantindo, simultaneamente, a fruição dos espaços escolares e dos espaços públicos.

Saiba mais em:





O Grupo de Cavaquinhos do Centro de Estudos de Lagos animou a abertura da 22.ª edição

SAÚDE EM MOVIMENTO COM FOCO NA SAÚDE MENTAL

A 22.ª edição do projeto, que teve início no passado mês de outubro e conta com a colaboração de um amplo leque de entidades parceiras, está a dar especial atenção à saúde mental.

O programa é já bem conhecido dos muitos lacobrigenses que nele têm participado, mas todos os anos se reinventa para atrair novos utentes. O objetivo é envolver um número crescente de cidadãos neste projeto de promoção da atividade física e de envelhecimento ativo, atendendo aos benefícios para a autonomia física, a prevenção de doenças e o bem-estar psicológico.

A edição anterior contou com 412 participantes regulares e teve 86 novas inscrições. Na abertura da presente edição, fez-se um balanço do caminho percorrido ao longo destes 22 anos. Os resultados da avaliação realizada mostram a evolução da aptidão física e funcional dos participantes, em parâmetros como a força, a flexibilidade e a velocidade de resposta e equilíbrio, confirmando a mais-valia do programa Saúde em Movimento e do treino específico para os parâmetros onde se verificavam mais limitações por parte dos utentes.

Este ano o tema em foco é a promoção da Saúde Mental, não apenas dos utentes, mas também dos cuidadores formais e informais, pelo que o programa de atividades procura desenvolver as competências sociais e pessoais dos utentes.

Como quem dá também precisa de receber, estão a ser promovidas ações de formação, capacitação e motivação destinadas aos técnicos do projeto.

O programa Saúde em Movimento é um programa de promoção da qualidade de vida e envelhecimento ativo, destinado aos residentes com idade superior a 40 anos, que engloba a avaliação da saúde e condição física dos participantes, aulas regulares de ginástica de manutenção e exercícios aquáticos, palestras, marchas passeio, convívios, torneios e a integração com programas da Direção-Geral da Saúde, como é o caso do “Diabetes em Movimento”.

Saiba mais sobre este programa aqui:





PARCERIA TRAZ BOCA ABERTA ATÉ LAGOS

A Câmara Municipal e o Teatro Nacional D. Maria II estabeleceram uma parceria para dinamizar em Lagos, até 2026, o projeto Boca Aberta. A iniciativa insere-se numa estratégia cultural partilhada que visa potenciar a mediação e formação, a criação artística, a formação de novos públicos e o desenvolvimento da cidadania através da cultura e da educação. Lagos é um dos quatro municípios convidados a nível nacional pelo Teatro Nacional D. Maria II para integrar a estratégia de alargamento deste projeto, sendo o único no Algarve a beneficiar deste apoio, o que se tra-

duz num reconhecimento do trabalho desenvolvido localmente.

Os espetáculos promovidos no âmbito do Boca Aberta são dirigidos a crianças em idade pré-escolar, envolvendo a participação ativa dos estabelecimentos, assim como a capacitação de professores e pessoal não docente, equipas das áreas da cultura e educação, profissionais de mediação, artistas, criadores e estruturas artísticas do concelho.

O arranque das ações aconteceu em maio de 2024, com o espetáculo “Falas Estranhês?”. De então para cá já se realizaram “Conversas de Boca Aberta”, o

espetáculo “Onde é a Guerra?” e a ação de formação de “Criação para a infância”. Para 2025 estão previstos dois novos espetáculos (“Cabe mais um?” e “Não se pode! Não se pode!”), oficinas destinadas aos profissionais da educação e a continuação das Conversas de Boca Aberta.

O Boca Aberta é uma iniciativa do Teatro Nacional D. Maria II, que assume a direção artística e pedagógica do projeto, e da Fundação “la Caixa”, em colaboração com o BPI. A sua dinamização em Lagos resulta de uma parceria com a Câmara Municipal e o Plano Nacional das Artes.

BIBLIOTECA INTEGRA ROTEIRO DE ARTE URBANA

Foi em novembro, por ocasião do seu 33.º aniversário, que a Biblioteca Municipal de Lagos Júlio Dantas recebeu esta impactante intervenção: o mural da autoria do artista BIGOD (João Domingos) e design de Paula Gonçalves, resultante da parceria do LAC - Laboratório de Actividades Criativas com a Câmara Municipal.

A criação aconteceu no âmbito de mais uma edição (a décima) das Palavras Mágicas – Encontro de Contos e Artes da Palavra, que decorreu no mesmo período, proporcionando ao público uma programação dinâmica e diversificada, como é apanágio deste equipamento cultural, ao longo de todo o ano.





GENTE DE OUTROS TEMPOS

MAIS UMA EDIÇÃO PARA VALORIZAR O PATRIMÓNIO HUMANO DE LAGOS

O primeiro livro da coleção “Gente de Outros Tempos” foi editado em 2014. Dez anos depois, a 4.ª edição volta a mostrar o trabalho desenvolvido no âmbito da “Fototeca Municipal”. Francisco Castelo, técnico superior da autarquia e dinamizador deste projeto, explicou na sessão de apresentação os objetivos, as exigências e os resultados alcançados nesta tarefa inacabada, pois, como o próprio diz, *“é infindo o número de rostos dos que já passaram e igualmente infinitas as memórias que evocam”*.



As 27 personalidades recordadas nesta edição ajudam a construir o puzzle da memória coletiva sobre as gerações que habitaram estes lugares antes de nós. Desde figuras com cargos proeminentes a pessoas com atividades comuns, todas desempenharam um papel na comunidade e, de uma maneira ou de outra, a marcaram. Os seus retratos dão-nos a conhecer os seus rostos e os familiares e pessoas com quem se relacionaram, contrariando o esquecimento que ten-

de a instalar-se ao fim de duas ou três gerações. As imagens recolhidas, os dados biográficos que as acompanham e a contextualização com recurso a outras fontes documentais, são uma preciosa informação sobre os locais, profissões (parte delas extintas), tradições, o modo de estar e de se apresentar e, até, as atividades de convívio social.

“Reunir fotografias antigas, recuperar as memórias latentes que elas transportam e devolver à comunidade essas

reminiscências em forma de discurso visual é um dos objectivos da Fototeca Municipal”, o qual, entre outras iniciativas, se concretiza e materializa nesta edição. Para chegar até aqui, o dia-a-dia é passado entre cópias, ampiecópias, película (negativos e positivos) e chapas de vidro. Todo este material é digitalizado e organizado em coleções com o nome do proprietário, do doador ou do fotógrafo autor, passando a integrar a coleção de imagens antigas do acervo da Fototeca.

Se possui retratos e dados biográficos sobre alguém que já não se encontra entre nós, pode participar neste projeto da Fototeca Municipal que, conforme escreve a vereadora Sara Coelho na mensagem de abertura desta 4.ª edição, torna “O Passado Presente” e valoriza “o Património Humano de Lagos”.



Apresentação do livro feita pelo autor, Francisco Castelo, pela vereadora Sara Coelho e por Ana Teresa Vieira



Apresentação do livro feita pelo autor, Joaquim Vieira Rodrigues, e por José Alberto Baptista

CEM ANOS DA CHEGADA DO COMBOIO A LAGOS AGORA EM LIVRO

Joaquim Manuel Vieira Rodrigues foi um dos oradores do colóquio “100 Anos da Chegada do Comboio a Lagos — passado, presente e futuro” realiza-

do, em 2022, no âmbito das comemorações da efeméride. O estudo suscitado por essa comunicação passou a livro, numa edição da Câmara de Lagos

intitulada “Cem Anos da Chegada do Comboio a Lagos – “As Vicissitudes da Construção do Ramal Ferroviário de Lagos (1878-1922)”.

A sinopse compara a sua leitura a uma viagem: “A personagem deste itinerário é a linha ferroviária de Lagos – mais conhecida por ramal de Lagos – uns escassos 16 Km, mas que duraria décadas a ser concluída. Obra que atravessou e marcou dois regimes – Monarquia e República – e que em ambos ateou paixões. Caudais avultados de capitais foram consumidos. Por fim, em clima de enorme euforia, como nos relata a imprensa da época, a 30 de julho de 1922, o silvo do comboio ecoava à beira da sublime baía de Lagos.”

Aqui fica a sugestão de leitura! A obra está disponível para consulta, empréstimo ou aquisição na Biblioteca Municipal.

ÓRGÃO DA IGREJA DE SANTA MARIA FOI RESTAURADO

O município comparticipou os trabalhos de reparação, restauro e divulgação do órgão de tubos da Igreja de Santa Maria, ajudando a concretizar o sonho acalentado pela comunidade paroquial desde há cerca de duas décadas. A iniciativa visa a preservação de um bem cultural raro na região e a dinamização do património musical que lhe está diretamente associado. A programação de iniciativas culturais, como visitas ou concertos, e a utilização para fins pedagógicos, no âmbito do de-

envolvimento de novas competências artísticas, são possibilidades conferidas pela intervenção realizada.

Segundo a publicação “Elementos para a história do Órgão da Igreja de Santa Maria de Lagos”, o instrumento foi construído em 1893 por uma renomada empresa alemã, tendo sido integrado no Coro Alto da Igreja de Santa Maria em data incerta, sabendo-se, contudo, que terá sido posterior ao incêndio que deflagrou naquele local de culto e às obras de reconstrução que se seguiram.



O Mestre Organeiro Dinarte Machado executando o restauro do órgão da Igreja de Santa Maria



OS DIREITOS DOS PASSAGEIROS

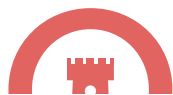
SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

A Câmara Municipal acolheu, no final de outubro, uma ação de formação sobre os direitos e deveres dos passageiros de transportes terrestres. Promovida em parceria pela Direção-Geral do Consumidor e Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), e especialmente dirigida aos CIAC (Centros de Informação Autárquica ao Consumidor) da região, esta ação fechou um ciclo de formação que percorreu várias cidades de norte a sul do país.

O foco desta ação incidiu nos transportes terrestres, os quais registam o maior volume de passageiros. Questões como a obrigação de prestação de informação ao consumidor por parte dos operadores de transportes, os direitos dos passageiros a reembolso e indemnização em determinadas circunstâncias, as regras aplicáveis ao transporte de bagagem, animais e bicicletas, os regimes tarifários e os canais de reclamação ao dispor dos passageiros, foram alguns dos temas abordados.

Neste artigo partilhamos algumas das informações sobre o transporte ferroviário que importa conhecer.

O transporte de passageiros é considerado um serviço público essencial, pelo que o setor está obrigado a um conjunto de deveres para com os utentes que decorrem dos seus direitos enquanto consumidores, designadamente: o direito à informação; o direito à participação; os direitos relacionados com as condições de fornecimento dos serviços, respetivos padrões de qualidade e faturação; e o direito à arbitragem necessária por opção dos consumidores.



TRANSPORTE FERROVIÁRIO

No que concerne ao transporte ferroviário, assume especial importância a informação referente a preços e horários, assim como a obrigação de os operadores informarem os consumidores relativamente a atrasos e situações de supressão temporária ou definitiva dos serviços. Em determinadas circunstâncias - previstas no Decreto-Lei n.º 58/2008 de 26 de março - assiste ao passageiro o direito a utilizar outro comboio para chegar ao destino, outro meio de transporte ou, até, ao reembolso do valor do bilhete, o que não isenta o operador de incorrer em outras responsabilidades.

Importa, igualmente, saber o que fazer quando, por um imprevisto ou alteração de planos, não pretenda ou não consiga utilizar um título de transporte já adquirido. Nestas situações, poderá

solicitar o reembolso de parte do valor pago pelo bilhete, desde que o faça antes do início da viagem, com uma antecedência de até três horas, quando se trate de serviços de transporte com lugar reservado, ou de até 30 minutos, quando se trate de serviços de transporte regional e inter-regional.

Para além das bagagens, é cada vez mais frequente a deslocação na companhia de animais ou transportando bicicletas. As condições gerais em que o pode fazer estão previstas no regime jurídico anteriormente referido, o que não dispensa a consulta das condições específicas fixadas e divulgadas pelos operadores, designadamente no que respeita a quantidades, acondicionamento, volume, horários, preços (quando aplicáveis), entre outras regras a que esta utilização poderá estar sujeita.

Para mais informações sobre este tema consulte a página sobre “Os Direitos dos Passageiros” no website da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes em: amt-autoridade.pt/consumidor/direito-dos-passageiros



COMO RECLAMAR

Caso o operador não cumpra as suas obrigações, o passageiro pode reclamar, utilizando uma das seguintes formas:

- O livro de reclamações físico, que o operador é obrigado a possuir e a facultar, imediata e gratuitamente, sempre que solicitado;
- O livro de reclamações eletrónico livroreclamacoes.pt/Inicio;
- Ou a caixa de correio reclamacoes@amt-autoridade.pt, disponível para os passageiros que pretendam reclamar diretamente para a AMT, embora, por princípio, a reclamação deva ser inicialmente feita para o operador.

Convém lembrar que os passageiros têm direitos, mas também estão obrigados ao cumprimento de deveres na utilização dos transportes.



O Centro de Informação Autárquico ao Consumidor é um serviço de atendimento personalizado e totalmente gratuito, que funciona no Gabinete do Cidadão e Empresas da Câmara Municipal de Lagos, disponibilizando, igualmente, atendimento de proximidade em todas as freguesias do concelho. Para mais informações consulte a página CIAC Lagos em cm-lagos.pt/areas-de-atuacao/apoio-ao-consumidor/servicos-prestados



Comemoração do Dia da Bandeira
na Praça Gil Eanes em 1 de
Dezembro de 1910.

Foto de autor desconhecido; cedida
por Rui Cochofel, proveniente
do espólio de António Pacheco
de Cintra Costa.

COMEMORAÇÃO DO DIA DA BANDEIRA

*Por Francisco Castelo**

A 1 de Dezembro de 1910 terá sido inaugurada a bandeira nacional republicana segundo o modelo de Columbano Bordalo Pinheiro (concepção de Columbano, Abel Botelho e João Chagas). Embora já estivesse em uso desde Outubro de 1910, só a 19 de Junho de 1911 a bandeira foi legalmente adoptada, pelo Dec. D.G.157 que oficializou as cores e o desenho

da Bandeira Nacional, e o Hino da Nação. Segundo Fernando de Castro Brandão, na sua obra “A I República Portuguesa – uma cronologia”, foi este mesmo diploma que decretou a abolição da Monarquia proclamando oficialmente a República. Por este motivo o dia consagrado à autonomia da pátria portuguesa foi também denominado “Dia da Bandeira”.

***Técnico Superior - Fototeca Municipal**
Nota: o autor escreve de acordo com
a antiga ortografia.



Subsídios para a História de Lagos - 16

IMIGRANTES E *EXPATS* EM LAGOS: OS LIVROS DE REGISTO DE ESTRANGEIROS (1897- 1974)

Por Marta Nogueira

Arquivo Municipal

O movimento de pessoas para um país de destino do qual não são nativos ou onde não possuem cidadania para aí permanecerem temporariamente (*expats*) ou para se estabelecerem como residentes permanentes ou cidadãos naturalizados (imigrantes) é uma realidade com um longo passado. Atualmente, é também um tema de discussão devido ao elevado número de migrantes em Portugal.¹ Concretamente em Lagos, quem foram os estrangeiros, imigrantes ou *expats*, que solicitaram autorização para aqui permanecer?

No Arquivo Municipal de Lagos (AMLGS), existem dois livros de registo que nos possibilitam identificar quem foram estes estrangeiros² para o período de 1897 a 1974. São registos documentais importantes para a história da imigração.³

De 1897 a 1972, o *Livro de Registo de Bilhetes de Residência de Estrangeiros* contém 1030 registos para permissão de residência ou renovação da mesma, pelo período de um ano ou por alguns meses. Contudo, muitos destes registos são renovações do pedido inicial. Para conhecermos exatamente quantos estrangeiros viveram

em Lagos neste período, seria necessária uma análise mais aprofundada.

O livro encontra-se organizado por ano e contém o registo do nome, nacionalidade e período de residência. É manuscrito e, com o decorrer dos anos, vai incluindo mais informação: a partir de 1906 contém também elementos relativos à filiação, idade, estado civil e local de nascimento. A partir de 1916, passa a incluir a profissão, a partir de 1931, o número e a data do cartão de identidade e, a partir de 1966, o local de residência. Em relação ao período abrangido, verifica-se um hiato no registo para os anos de 1920 a 1923.

Os primeiros registos datam de 1897 e totalizam 21 pedidos dos quais é possível identificar que 14 são de Espanha, um de França e três da Áustria. De Espanha, um é Barnabé Gomes Formosinho, um apelido que se tornará bastante conhecido em Lagos⁴.

Já o segundo livro de registo, o *Livro de Registo de Estrangeiros com autorização de residência anual*, abrange o período de 1972 a 1974 e contém 290 registos.⁵

Quais as motivações que levaram estas pessoas a escolherem Lagos?

1) Parlamento europeu - Explorar as razões da migração: porque é que as pessoas migram? europar.leuropa.eu Publicação: 01-07-2020. Última atualização: 16-04-2024.

2) Neste artigo, vamos adotar a definição de estrangeiro como "(...) quem tem nacionalidade diferente daquela do país onde está" cf. Dicionário Priberam [online]

3) *Livro de Registo de bilhetes de residência a Estrangeiros* (1897-1972) e *Livro de Registo de Estrangeiros com autorização de residência anual* (1972-1974).

4) Para este ano o livro apenas registou o nome, nacionalidade e período de residência.

5) *Livro de Registo de Estrangeiros com autorização de residência anual*: registos de 28 de janeiro de 1972 a 16 de agosto de 1974.



IMAGEM 1 – Tanoeiros em Lagos (inícios do século XX) – Fototeca Municipal de Lagos

Mediante a informação disponível relativa à profissão, conseguimos identificar que nas primeiras décadas do século XX, a motivação para imigrar está fortemente relacionada com razões de trabalho e de subsistência. Já nas décadas de sessenta e setenta do século XX, considerando a idade e a profissão, um número significativo

de pessoas vem para Lagos para usufruir da reforma ou de rendimentos próprios. O ano de 1966 é um ano de viragem: o livro regista um aumento crescente considerável do número de licenças de um total de 40 comparando com os anos anteriores de sete, oito e nove. A ocupação de “reformado” aumenta nesta década, antecedida pelos “turistas” nos anos quarenta e cinquenta. Estes dados refletem também um desenvolvimento do turismo em Lagos durante este período. A abertura do aeroporto de Faro, em 1965, juntamente com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos constituíram certamente fatores motivadores para o aumento deste fluxo migratório de *expats*. Mas, naturalmente, também o clima, a segurança e o custo de vida muito abaixo do país de origem destes cidadãos. O turismo começou a constituir

uma das principais fontes de novo crescimento económico de Lagos em detrimento de outras indústrias que tiveram o seu apogeu, nomeadamente a indústria conserveira⁶. Neste aumento migratório verificou-se a prevalência de um número de cidadãos de nacionalidade inglesa.⁷

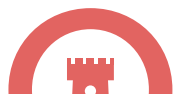
Mas quem foram os estrangeiros que viveram em Lagos neste período que os dois livros de registo abrangem? No âmbito de uma colaboração iniciada em 2022, entre o município de Lagos e a revista *Tomorrow Magazine*, foram publicados oito artigos sob a rubrica *A History of Algarve Expats*.⁸ O primeiro artigo foi dedicado a estrangeiros que tiveram por profissões: “industrial”, “químico industrial”, “empregado industrial” e “fabricante”. A partir de 1916, identifica os seguintes: Giorgio Novak, “industrial”, da Áustria⁹; Hyriacos

6) “A partir da segunda metade do séc. XX, inicia-se o declínio da indústria de conservas no Algarve, substituída pelo turismo, que se afirmava como motor económico na região, num processo que se prolongou até ao final do século e, de formas diferentes, em cada centro conserveiro” – Cf. Armando Amaro - *A Indústria Conserveira na Construção da Malha Urbana no Algarve* In Museu Digital da Indústria Conserveira Conservas de Portugal - conservasdeportugal.com/a-industria-conserveira-na-construcao-da-malha-urbana-no-algarve-das-estruturas-produtivas-a-habitacao-operaria-1900-1960-3

7) A título exemplificativo, entre 1972 e 1974, de um total de 290 pedidos, 190 registos são de cidadãos de nacionalidade inglesa.

8) tomorrowalgarve.com

9) Com registo até 1949.



A. Pappaleonardos, “industrial”, da Grécia; Manuel Ojeda Perez, “industrial”, de Espanha; Demosthenes A. Papaleonardos, “industrial”, da Grécia e Paolo Cocco, “gerente de fábrica”, da Itália¹⁰; Joseph Marie Renault, “fabricante”, de França (1918-); Venceslao F. Sasso, “industrial”, da Jugoslávia (1919-); Salvatore Cocco, “fabricante”, da Itália (1919); Eugene Leopold Boulain, “industrial”, da França (1934-); Francisco Martins Graña, “empregado industrial”, de Espanha (1938-) e Leonard Walter Cutter, “químico industrial”, de Inglaterra (1966-). Paulo Cocco viria a ter um papel importante na indústria conserveira em Lagos, mas também em aspectos da vida social, nomeadamente ao ter patrocinado o edifício *Cine Teatro Império*.¹¹

O segundo artigo, dedicado a artistas e jornalistas, identifica a jovem Andrée Marie Clémentine Bernier, “artista de cinematógrafo” (1934)¹²; o casal de artistas ingleses Hubert Robert Harry Gregg e Patricia Gregg (Kirkwood), (1968-1970) e Antony Robin Daniells, “artista pintor” (1960-1964). Neste artigo, é também identificado Dudley Herbert Lewis Ellis, de Inglaterra (1934-), com a profissão de “jornalista”. É o único estrangeiro que se encontra registado com esta profissão durante o período abrangido pelos dois livros de registo.¹³

O terceiro artigo, dedicado a médicos e cirurgões, identifica: Michel Cocco (1936)¹⁴; George Frederick Grant Batchelor, “cirurgião reformado” (1969) e Max Saegesser, “cirurgião” (1971).¹⁵

O quarto artigo, dedicado a estrangeiros que tiveram por profissão a tanoaria, abordou uma profissão já

rara, mas da qual é ainda possível verificar alguns vestígios em Lagos, nomeadamente na “Travessa dos Tanoeiros” (freguesia de Santa Maria). A mesma existe com esta designação pelo menos desde 1924.¹⁶ A profissão de tanoeiro é referida nos livros de registo de estrangeiros nas primeiras duas décadas do século XX. Em 1916, quando o livro de registo começa a conter a informação relativa à “profissão”, encontram-se registados quatro estrangeiros com esta profissão: Venceslav Miroslav Sasso (mas já com primeiro registo em 1905); Ivan Kandija (1916-1919), da Áustria e Giuseppe Mineo e Vito Anello, da Itália¹⁷. Existem registos para a família Anello até 1918. Outro estrangeiro que também indicou a tanoaria como profissão foi Franc Melic da Áustria (1918-1919).¹⁸

O quinto artigo, dedicado aos estrangeiros que tiveram por profissão a hotelaria, identifica neste grupo: Francisco Martinez Graña, *camarero* (1947), de Pontevedra, Espanha¹⁹ e Roger Poole, “chefe de cozinha”, de Inglaterra (1967-1968). A localização indicada como sendo a sua residência é o restaurante “Os Arcos” (atual *Lacus*). Este restaurante, localizado na então designada de Rua Dr. Oliveira de Salazar (atual Rua 25 de Abril n.º 32 e 36), começou por ser um restaurante e bar inglês tendo como gestores Douglas William Borley, David Stoneham Hankem, Darcy Glover, alguns deles também registados, nomeadamente Douglas Borley, que solicitou licença para os anos de 1966 a 1971²⁰. Outros estrangeiros com esta profissão que se encontram registados são: Ernest

Harvey Dodd, “hoteleiro reformado” e a sua mulher, Edith May Dodd, também “hoteleira reformada” (ambos solicitaram licença a partir de 1970); Eric John Ring Fernando, “hoteleiro”, de Londres (primeiro registo em 1972).²¹

O sexto artigo, dedicado a estrangeiros que indicam as profissões de “agricultor e “horticulor”, identifica neste grupo: Mark Harman, inglês, “agricultor” (1971-) e Johannes Goemans, holandês, “horticulor” (1971-). Mark Harman indicou sempre como tendo por profissão ser agricultor e essa terá sido a sua formação e atividade inicial. Contudo, a profissão que efetivamente exerceu foi a de proprietário de um talho e fábrica de salchichas frescas em Lagos, juntamente com o seu sócio português, Joaquim Rio.²²

10) A History of Algarve Expats – Part 1

11) Cf. Ata da sessão de Câmara de 29 de maio de 1946.

12) Curiosamente nos registos seguintes, a informação no campo da profissão altera para “doméstica”.

13) A History of Algarve Expats – Part 2

14) Michel Cocco já tido um registo anterior como membro da família Cocco, aos 15 anos de idade em 1925

15) A History of Algarve Expats – Part 3

16) Planta de Lagos - levantamento efetuado pelo exército português. Redesenhada por Armando Filipe da Costa Amaro com base no documento original da autoria do Capitão Raul Frederico Rato, produzido sobre tecido, 1924. Documento à guarda do Museu Municipal.

17) Vito Anello, tinha já requerido a primeira licença em 1906 por um período de um ano. Em 1916, Vito requereu nova licença mas neste ano também para a sua mulher, Rosa Galia Anello, e para os seus 4 filhos.

18) A History of Algarve Expats – Part 4

19) É o primeiro estrangeiro registado com a profissão de “camareiro”, termo espanhol para empregado de mesa (1948-1951).

20) Para além do restaurante “Os Arcos”, foi também proprietário da fábrica de comida fresca na rua Marreiros Neto, n.º 16, em Lagos.

21) A History of Algarve Expats – Part 5

22) A History of Algarve Expats – Part 6

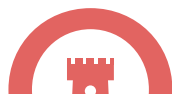


IMAGEM 2 – Mark Harman com as suas salchichas de fabrico caseiro, as “chipolatas” - foto disponibilizada pela sua filha, Sara Calazans Harman



IMAGEM 3 – Barry Sadler – foto disponibilizada pela família Sadler

O sétimo artigo foi dedicado a Barry Sadler, empreendedor hoteleiro, que foi proprietário do *Luz Bay Club*, gerente do *Resort Vale do Lobo* e teve diversos empreendimentos imobiliários na Luz. A profissão indicada no seu registo em 1972 é a de “agente comercial”. Até à data, foi o único caso em que conseguimos reunir o registo documental com a pessoa em vida.²³ Barry Sadler deu-nos o seu testemunho em 2 de junho de 2023, tendo falecido em 5 de novembro de 2024. O oitavo artigo foi dedicado à profissão de carvoeiro, existindo apenas uma pessoa com esta profissão: Albino Rodrigues, de Pontevedra (1945-

1952). Neste artigo, são identificadas algumas das carvoarias que existiram em Lagos, dos anos quarenta a sessenta.²⁴

Estes artigos não esgotam todas as profissões e nomes das pessoas registadas nos livros de registo de estrangeiros e a profissão é apenas um dos dados disponíveis que pode ser trabalhado. São fontes documentais únicas para o estudo da imigração em Lagos e para a história local deste período. Com o decorrer do tempo, as possibilidades de abordagem e interpretação diversificam-se. É também neste facto que reside a riqueza e a transcendência das fontes documentais.

BIBLIOGRAFIA

Dicionário Priberam [online] - dicionario.priberam.org
Museu Digital da Indústria Conserveira. Disponível em: conservasdeportugal.com
Revista *Tomorrow Magazine* - A History of Algarve Expats – Part 1- Part 8 (edições de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022 e outubro e dezembro de 2023) - tomorrowalgarve.com

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

AMLGS – Fundo da Administração do Concelho – Livro de registo de bilhetes de residência de estrangeiros (1897-1972), (AMLGS – E122/P6/301/1).
AMLGS – Fundo da Câmara Municipal de Lagos – Registo de estrangeiros com A.R. anual [autorização de residência], (1972-1974), (AMLGS – E129/P6/544).
AMLGS – Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Lagos (23 de agosto 1945 a 11 de maio 1949) - Ata da sessão de Câmara de 29 de maio de 1946, (AMLGS – AH-E68/P1/L15).

²³) A History of Algarve Expats – Part 7

²⁴) A History of Algarve Expats – Part 8

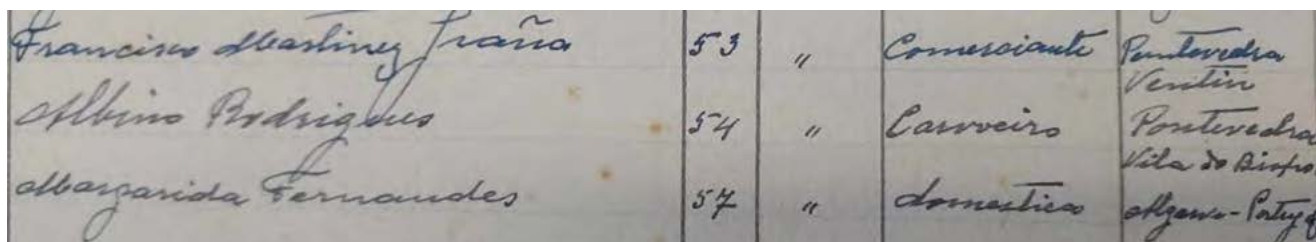


IMAGEM 4 – Pormenor do registo de Albino Rodrigues (1945) no Livro de Registo de Bilhetes de Residência de Estrangeiro (1897 a 1972)

ORANTA

A ASSOCIAÇÃO QUE NASCEU COM A GUERRA, AMBICIONANDO A PAZ

A data de 24 de fevereiro de 2022 irá ficar na história como o dia em que a Ucrânia, um estado independente e soberano, foi invadido por outra nação, no âmbito da eufemisticamente designada “Operação Militar Especial”. Este foi o início de um período triste e trágico, como o são todos aqueles marcados pela guerra.



O desfecho desta história ainda está por conhecer, mas uma certeza existe: a dura realidade vivida por todos aqueles que, em lados opostos da linha da frente, combatem, são feridos, ficam física e psicologicamente marcados ou perdem a vida, deixando famílias incompletas e sonhos por cumprir. Não menos graves são as consequências desta guerra infligidas na população civil, cujo quotidiano passou a ser caracterizado pela incerteza, com a destruição de infraestruturas e equipamentos públicos, levando ao abandono de casas, terras, empregos, família e amigos, deixando para trás toda uma vida, para recomeçar num território que lhes ofereça a segurança perdida.

Muitos cidadãos ucranianos que partiam em busca de uma vida melhor já tinham como destino Portugal. Esse movimento migratório preparado e voluntário, muitas vezes apoiado por familiares ou amigos que já cá estavam a residir, originou o surgimento de comunidades ucranianas em Portugal,

Molde do stencil com o símbolo da Ucrânia utilizado para personalizar viaturas



Nesta garagem/oficina têm sido construídos muitos “fogões de vela”

bem integradas. A guerra precipitou e alterou esta dinâmica, fazendo com que tantos, temendo pela vida, saíssem contra vontade e sem essa preparação habitual. Quem já cá estava organizou-se para dar o apoio possível e mitigar o impacto das circunstâncias, assim nascendo a ORANTA. A associação ajuda todos os ucranianos que se encontram em situação difícil em território português, devido à necessidade forçada de abandonar a sua terra natal. Legalmente constituída a 22 de julho de 2024 e tendo como membros, maioritariamente, migrantes ucranianos residentes em Portugal, assumiu como missão ajudar os compatriotas em perigo e apoiar os que, forçados a abandonar a sua terra natal, aqui chegavam fugidos à guerra, necessitados de conforto, de assistência e apoios especializados em matéria de legalização, tradução, documentação, assistência social, habitação, aprendizagem da língua e adaptação aos costumes locais. Das muitas atividades dinamizadas pela Oranta, o Festival FelizOnda - a que o município de Lagos se tem associado - ganhou visibilidade na comunidade local. Nas edições decorridas, um rosto e um nome sobressaem: o de Roman Grymalyuk, atual presidente da direção da as-

sociação. Com 40 anos de idade, dos quais cerca de metade a viver na Vila da Luz, em Lagos, Roman é oriundo de uma zona montanhosa situada na parte oeste da Ucrânia. Veio para Portugal depois da primeira revolução, em 2004, em que participou ativamente. Os pais já aqui se tinham fixado e ele, ainda jovem, permaneceu na Ucrânia, à data já com uma filha para criar. Ansiando por estabilidade para lhe conseguir proporcionar um futuro melhor, decide mudar-se também para Portugal, dedicando-se à atividade da construção civil. Nos 19 anos vividos em território luso, só por uma vez regressou à sua terra natal, em 2023, onde percorreu a linha da frente da guerra, presenciando situações que não esquece. A voz embarga-se-lhe quando recorda essa visita, mas logo se recompõe para explicar a importância do trabalho que, a tantos quilómetros de distância, continua a desenvolver para apoiar as vítimas da guerra, dar ânimo e força a quem persiste em defender a sua pátria, e salvar vidas, evitando que as famílias deslocadas a residir em Portugal sofram ainda mais perdas. Para Roman, ajudar os compatriotas que permanecem na Ucrânia é a melhor forma de apoiar os ucranianos que se encontram a residir em Portugal.

Os ucranianos que residem em Portugal estão completamente integrados. Muitos vieram em 1998 e em 2003/2004 registou-se um segundo grande movimento migratório. Durante os anos da crise financeira, houve quem se fosse embora, mas, quando eclodiu a guerra, Portugal voltou a ser um porto de abrigo. Segundo o conhecimento da Oranta, só na Vila da Luz são mais de uma centena os ucranianos que aí se fixaram para refazer as suas vidas. Roman explica-nos que, para além do sentimento de segurança, a mentalidade aberta do povo português, que considera, de entre todos os países da Europa, a mais próxima do povo ucraniano, é outro dos fatores que determina esta preferência. Ainda que o nível dos rendimentos aqui auferidos não seja comparável com o de outros países da União Europeia ou de outras geografias distantes, na opinião deste lacobrigense de coração, “Portugal é um país perfeito, por estar à beira-mar e pela qualidade de vida que oferece”, atributos que “compensam o facto de não se receber tão bem”, rematando que “cá um imigrante continua a viver, não se sente como um imigrante que só trabalha”.

A criação da Oranta e a responsabilidade de representar a associação e liderar as ações de apoio ao povo

PROJETO “AMBULÂNCIA PARA A UCRÂNIA”

ucraniano surgiram – conforme nos explica Roman – de forma natural em reação aos acontecimentos e à participação empenhada neste movimento de solidariedade, recordando que “a Oranta nasceu quando começou a segunda parte da guerra”. Depois da realização do 1.º Festival FelizOnda, sentiram necessidade de se organizar e constituir como associação para mais facilmente lidarem com a componente burocrática do relacionamento com as várias entidades, em especial as instituições públicas. O objetivo desta iniciativa era comprar uma ambulância para enviar para a Ucrânia e, simultaneamente, dar a conhecer cá um pouco da cultura do país de origem. Daí até alargarem o âmbito das iniciativas foi um passo.

Uma das vertentes do trabalho da associação – a assistência médica às forças armadas e às populações – está espelhada no projeto “Ambulância para a Ucrânia”, que consiste em recuperar, adaptar e entregar veículos doados por entidades portuguesas, os quais são utilizados para salvar vidas, resgatando, prestando cuidados de assistência médica aos feridos em combate e evacuando cidadãos.

Os dois primeiros veículos foram comprados com fundos arrecadados no primeiro festival de caridade, realizado em Lagos, e enviados para a Ucrânia em junho de 2022. Desde então têm procurado carros e fundos para aplicar na sua reparação e envio. Quatro ambulâncias foram doadas pela Associação de Bombeiros de Portugal e enviadas para a Ucrânia em novembro de 2022. Apesar de terem

data de validade vencida e, como tal, consideradas obsoletas de acordo com as leis portuguesas, são funcionais e adequadas ao trabalho na linha de frente.

Roman recorda que encontrou ambulâncias que estavam para abate por motivos legais em vigor em Portugal. Dado o contexto que se estava a viver na Ucrânia, achou que não tentar recuperar e dar novo uso a essas viaturas seria um desperdício, uma vez que as mesmas, com algumas reparações, poderiam continuar operacionais. Percebeu ainda que, sem uma estrutura formal, não conseguiriam fazer nada, pelo que criaram a Oranta, prestando simultaneamente apoio aos refugiados acolhidos no Algarve. É convicto quando afirma que o projeto “Ambulância para a Ucrânia” se enquadra no âmbito da Associação, de

Roman Grymalyuk junto a mais uma viatura em recuperação para seguir rumo à Ucrânia





ajudar os ucranianos em Portugal, pois ao salvar na Ucrânia o marido ou o pai de alguém que está a residir em Portugal estão a ajudar futuramente essa família. O projeto vai, por isso, continuar, até porque têm recebido retorno positivo da Ucrânia, confirmando a utilidade destas viaturas nas operações de salvamento. Ao todo, já conseguiram enviar 22 carros para a Ucrânia, entre ambulâncias, carrinhas e jipes. Todas as viaturas – doadas ou adquiridas – são escrupulosamente intervencionadas, recuperadas e pintadas. Quando consegue reunir fundos próprios, a associação, investe preferencialmente na compra de veículos de todo-o-terreno, preparando os mesmos para fazerem um serviço um pouco diferente de apoio na linha da frente, embora todos os tipos de viaturas sejam importantes e necessários, por cumprirem funções diferentes. A última viatura recuperada e transformada foi um autocarro doado pela Câmara de Faro, com o qual promoveram uma ação de recolha de bens farmacêuticos e donativos realizada, em novembro, nas cidades de Lagos, Faro, Lisboa e Porto, antes de seguir rumo à Ucrânia para ser utilizado como veículo humanitário. Atualmente, estão a intervencionar uma carrinha doada pelo mesmo município, prevendo receber, a curto prazo, um autocarro (que será transformado em hospital), duas carrinhas e um jipe, estes últimos oferecidos pela Câmara de Vila do Bispo. O destino das viaturas é decidido em articulação com entidades na Ucrânia, por intermédio de uma fundação internacional que tramita o processo burocrático para que as viaturas passem a fronteira e sejam encaminhadas para os locais onde façam mais falta em cada

momento. Por norma, a Oranta tem conhecimento prévio das comunidades ou das equipas militares para as quais as viaturas estão destinadas, mas, como o processo de recuperação das viaturas nem sempre é tão fácil e rápido como gostariam, já aconteceu estarem a preparar um carro para uma equipa específica – no caso uma equipa médica – atingida mortalmente antes de a viatura ficar pronta para seguir viagem rumo a leste. A angariação de verbas tem sido conseguida muito graças aos jantares de beneficência organizados com o apoio da comunidade britânica residente no Algarve e de uma banda musical que atua graciosamente nos eventos. A expressiva participação no jantar realizado em dezembro, em unidade hoteleira da região, permitiu-lhes angariar quatro mil euros que terão bom uso no projeto “Ambulância para a Ucrânia”.

VELA SOLIDÁRIA, A CHAMA QUE AQUECE O CORAÇÃO E A ALMA DE QUEM A RECEBE

Na oficina onde, juntamente com outros compatriotas, recupera e adapta as viaturas, Roman encontra ainda espaço e tempo para o projeto “Vela Solidária”, uma iniciativa que permite apoiar a Ucrânia sem gastar dinheiro, pois tudo assenta no princípio do engenho, criatividade, reutilização e, acima de tudo, muito carinho. As matérias-primas reutilizadas para construir estes “fogões de vela”, fontes de luz e calor, são latas de conservas alimentares, habitualmente descartadas, velas ou restos de velas e cartão.

O nosso anfitrião explica-nos que as velas são destinadas não só aos militares,

mas também à população civil, designadamente famílias que habitam zonas residenciais urbanas, onde têm poucas horas de eletricidade por dia e não têm acesso a fontes de energia alternativas. Para essas pessoas, as velas solidárias, dependendo do seu tamanho, podem dar chama até sete horas, permitindo aquecer espaços pequenos ou confeccionar uma sopa. O fabrico e utilização destas velas é útil igualmente em tempos de paz, designadamente em atividades de ar livre, pois proporcionam uma fonte de calor e energia controlada e segura.

Roman destaca, ainda, os benefícios mentais, quer para as pessoas envolvidas na preparação das velas, quer para os destinatários. “Para além do aquecimento físico, estas velas proporcionam o aquecimento psicológico e afetivo das pessoas que as recebem, pois percebem que não estão sozinhas e têm alguém, num país distante, a enviar-lhes uma mensagem de ânimo, conforto e esperança. Aqui é difícil perceber isso, a importância desse estímulo mental, mas para quem passa pelas situações limite que muitos ucranianos estão a viver, a saúde mental é crucial.”



Vela Solidária, a chama que aquece e ilumina as vítimas da guerra



O último autocarro adaptado foi utilizado numa ação de recolha de bens, antes de seguir viagem para servir como veículo humanitário de apoio a feridos de guerra

Esta preocupação está igualmente presente na preparação dos carros com blindagem que são usados pelas tropas, quase todos contendo pinturas realizadas por crianças. Para os soldados, emocionalmente, faz toda a diferença perceber que não estão sozinhos e que a sua luta vai contribuir e determinar o rumo no futuro dessas crianças.

SONHOS E AMBICIÕES

A par das iniciativas destinadas aos militares e às populações a residir na Ucrânia, a Oranta não abdica da sua missão de apoio direto aos ucranianos a residir em Portugal, pelo que tem mantido a promoção de respostas sociais, educativas, culturais e de convívio para as crianças e respetivas famílias. A dispersão geográfica dos membros da comunidade, a inexistência de uma sede física e a dificuldade de acesso a transportes, torna mais difícil manter em alta o nível de mobilização e participação na concretização dos projetos da associação. Apesar de contar com o apoio do município de Lagos na cedência pontual de insta-

lações, Roman confessa que a inexistência de uma sede física, disponível em permanência, tem condicionado a realização das atividades: “Se não nos conseguimos juntar fisicamente é muito mais difícil manter a malta a trabalhar. Recorre-se às redes sociais para divulgar as iniciativas e convocar, mas o espírito perde-se um pouco e o nível de motivação cai muito.”

Apesar das limitações, continuam a trabalhar ao máximo. Daqui a pouco tempo, esperam estar em condições de concretizar a geminação da cidade de Lagos com uma cidade ucraniana. O projeto de geminação, anunciado aquando da visita oficial a Lagos da Embaixadora da Ucrânia, deu origem a um processo que está a fazer o seu caminho junto das entidades oficiais ucranianas, confrontadas, em tempos de guerra, com outras prioridades.

Com o otimismo e espírito empreendedor que o caracterizam, Roman não tem dúvidas ao afirmar que são muitas as tradições e manifestações de âmbito cultural que têm para partilhar e que, mais cedo ou mais tarde, irão poder fazê-lo em ambiente de paz. “A guerra não

vai durar sempre, pelo que chegará um dia em que vamos conseguir, no quadro das relações institucionais de amizade, promover intercâmbios culturais e dinamizar provas desportivas, como regatas e outros eventos náuticos, já que a cidade escolhida para estreitar laços com Lagos é, também ela, uma cidade costeira, equipada com porto e semelhante em termos populacionais.

Projetos não faltam à Oranta. Desde aumentar o número de voluntários e associados, a continuar a realização anual do Festival FelizOnda, mantendo a componente solidária, para benefício de quem está na Ucrânia ou em Portugal. Um trabalho a continuar para além da guerra, desejando poder fazê-lo em tempos de paz.

ORANTA AACUP – Associação de Apoio à Comunidade Ucraniana em Portugal

Endereço: EN 125, Quatro Estradas, Luz, 8600-213 Lagos

Tel/Whatsapp: 920 606 043

Email: oranta.pt@gmail.com

Website: www.oranta.pt

[youtube.com/@orantaassociacaoaacup](https://www.youtube.com/@orantaassociacaoaacup)

facebook.com/OrantaPortugal

instagram.com/orantapt



Espaço de divulgação da autoria e responsabilidade das forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Lagos, órgão deliberativo do município.



RADAR SOCIAL: PROTEGER QUEM MAIS PRECISA

Nesta edição gostaríamos de destacar uma medida adotada pelo município de Lagos que se insere nos valores fundamentais do PS: o “Radar Social”.

Tratando-se de um projeto que pretende identificar e apoiar pessoas vulneráveis, o “Radar Social” promove o mapeamento dos casos de maior necessidade e uma intervenção eficaz, em estreita articulação com instituições locais e serviços sociais.

Utilizando metodologias de proximidade, o “Radar Social” foi abraçado pelo Município de Lagos, ao contrário de outros, uma vez que felizmente dispomos hoje de meios e condições para tal, fruto da rigorosa gestão financeira que temos vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos.

Com esta medida, a gestão PS do Município de Lagos estabeleceu um compromisso claro com a proteção das populações mais vulneráveis e com a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

A todas e todos vós, um grande 2025!



Lagos e a valorização do património

Lagos é uma cidade com uma rica história que nos foi legando edifícios, uns com mais grandeza que outros, mas todos importantes para o contexto da cidade atual. Já alertamos inúmeras vezes para a degradação de alguns dos mais emblemáticos e classificados equipamentos – as muralhas, a igreja de São Sebastião, os fortes da Ponta da Bandeira e da Meia Praia e poderíamos continuar. Perto do edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI encontra-se uma casa particular, pequeno palacete, que se vai degradando dia após dia. Com uma arquitetura interessante, testemunho do período industrial, essa casa vai passando de proprietário em proprietário, mas nenhum a salva. A Câmara Municipal poderia ter aqui um papel diferente e mostrar que se preocupa em salvaguardar o passado, dando lugar ao futuro. À semelhança do que foi feito com a Casa Fogaça, poder-se-ia comprar e recuperar este edifício, transformando-o num centro de Cultura e Artes ou no tão prometido, e nunca concretizado, Arquivo Municipal. Fica a proposta.



Preservação do Património em Lagos Desafio para o Futuro

Lagos é uma cidade encantadora, no entanto por trás desta beleza idílica, enfrenta um desafio significativo, a degradação do seu património cultural e histórico, provocado por uma urbanização acelerada, falta de manutenção do património, desvalorização cultural e aumento do turismo. Não podemos continuar a assistir impávidos e serenos à degradação do nosso património, como a Igreja de S. Sebastião, Tribunal, Fortaleza, Forte da Meia Praia, Edif. do Antigo Ciclo. Para garantir que o património de Lagos possa florescer, é essencial implementar uma série de iniciativas locais de prevenção. Os nossos governantes locais, devem desenvolver e implementar políticas de preservação que priorizem a proteção de edifícios e espaços históricos, garantindo que sejam mantidos em boas condições. Com um compromisso de todos é possível enfrentar os desafios da degradação do património e assegurar que Lagos continue a ser um destino vibrante e inspirador para todos. Ao proteger e valorizar este legado, estamos também a construir um futuro mais rico e diverso.



Até à data de fecho desta edição não foi recebido o artigo do Grupo Municipal do BE na Assembleia Municipal de Lagos.



Para quando o Centro Oncológico Inovador do Algarve?

No dia 13 de Abril de 2023 foi assinado um protocolo entre os Municípios de Faro e de Loulé e o CHUA para a cedência de um terreno situado no Parque das Cidades, para a Construção de um Centro Oncológico Inovador. Uma mais-valia para os cuidados de saúde que permitirá concentrar num único edifício todo o processo, desde o diagnóstico, passando pela definição de terapêutica até ao tratamento e seguimento dos doentes nas suas diversas valências clínicas, e servirá o Algarve e Alentejo. Pretende-se reunir num único espaço físico várias especialidades como a oncologia médica, cirurgia, radioncologia, nutrição, dor crónica, medicina física e de reabilitação, cuidados paliativos e apoio social, por forma a que o doente possa realizar o seu tratamento de forma integrada e com o devido acompanhamento.

A AML aprovou por unanimidade solicitar a seguinte informação:

- 1- Qual o ponto da situação referente ao projecto Centro Oncológico do Algarve.
- 2- Se já está assegurado o financiamento para a construção e apetrechamento.
- 3- Para quando o lançamento da empreitada para construção do referido Centro.
- 4- Qual a previsão de abertura do Centro Oncológico do Algarve.



Habitação e Segurança – Que Caminho queremos?

Aproximam-se eleições autárquicas. As promessas do costume ganham vigor mas não convencem. A comunidade lacobrigense vive dramas de carência habitacional como nunca e a insegurança cresce num mundo paralelo que só os acomodados insistem em não se incomodar. Para repetir o poder na maioria socialista não bastarão absurdos anúncios de obras, festas e festinhas. Em 2025 os lacobrigenses merecem mais e querem melhor! Quem governa sem energia e sem obra deve dar lugar a outro. As pessoas estão cansadas da incompetência e arrogância que boicota um progresso justo, sustentável e equilibrado. É preciso inovação e energia! Faltam casas e creches para os que trabalham e pagam impostos. É na nossa casa que começa a segurança, sem medo de ameaças ou violência. E por isso insistimos em mais segurança e na nossa proposta de exigir o registo criminal a todos os candidatos a habitação municipal, dando prioridade aos munícipes de bem! Que seja um 2025 de conquistas, um ano bom e justo, para todos!



DELIBERAÇÕES

SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO/2024

DELIBERAÇÃO N.º 129/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte proposta (...) do CHEGA: “1 - Propor à Câmara Municipal que intensifique o compromisso (...) com vista a um protocolo de deslocalização e edificação de um NOVO e moderno QUARTEL DOS BOMBEIROS DE LAGOS (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 130/AM/2024: Reprovada (...) a seguinte proposta (...) do CHEGA: “(...) 1 - Recomendar à Câmara (...) que no âmbito (...) de apoios à Habitação, invista na garantia da paz e na qualidade de vida das famílias apoiadas, exigindo que nos seus critérios concursais (...) passe a ser exigido também certificados atualizados de Registo Criminal. 1.1 - Que a prática de crimes violentos recentes constitua impedimento às candidaturas. 2 - (...) que (...) preveja o direito a cancelar o contrato com beneficiários que hajam cometido quaisquer ilícitos criminais violentos nos últimos três anos (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 131/AM/2024: Reprovada (...) a seguinte Proposta (...) do CHEGA: “(...) 1 - Propor à Câmara Municipal de Lagos que (...) desenhe e execute um letreiro turístico “AMO LAGOS” (...) e 1.1 - (...) considere a instalação de um ou mais baloiços panorâmicos (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 132/AM/2024: Reprovada (...) a seguinte Proposta (...) do CHEGA: “(...) 1 - Propor à Câmara Municipal de Lagos que apresente um inventário de bens imóveis municipais (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 133/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Saudação (...) da CDU: “(...) 1. Saudar os cidadãos com deficiência e as organizações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência (...) assim como (...) o NECI e a Casa de Santo Amaro. 2. Exortar o Presidente da Câmara (...) a dar cumprimento às deliberações da Assembleia (...). 3. E ainda exigir do Governo: a) Tornar mais célere o acesso ao Atestado Multitidos (...). b) Valorização da Prestação Social de Inclusão (...). c) O reforço de verbas a atribuir para os produtos de apoio às pessoas com deficiência. d) O aprofundamento do regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 134/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...) da CDU: “(...) 1- Manifestar junto da Câmara (...) o seu desagrado e protesto pelo não cumprimento das disposições legais (...), impedindo, assim, aos membros desta Assembleia o cumprimento cabal das suas competências. 2- Recomendar à Câmara (...) que providencie (...) para que seja dado resposta aos requerimentos em atraso (...) e justifique, também por escrito, as razões da falta de resposta (...). 3- E que, de futuro, seja dado cumprimento atempado à legislação e ao regimento da Assembleia Municipal (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 135/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...) da CDU: “(...) que a Assembleia (...) solicite à Unidade de Saúde Local do Algarve. 2- Se já está assegurado o financiamento (...). 3- Para quando o lançamento da empreitada (...). 4- Qual a previsão de abertura (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 136/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...) da CDU: “(...) 1 - Tomar posição pública pela construção do Hospital Central do Algarve; 2 - Exigir do governo que avance o quanto antes com o processo de elaboração dos projetos (...) de construção (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 137/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...) da CDU: “(...) a) Tomar posição pública pelo investimento em infraestruturas e serviço de transporte ferroviário no Algarve; b) Exigir do governo que avance o quanto antes com a transferência das verbas necessárias para as Infraestruturas de Portugal para concretizar este investimento (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 138/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Proposta (...): “ (...) no dia 30 de Julho de 2022, foi assinado solenemente em cerimónia integrada nas comemorações do Centenário da chegada do comboio a Lagos (...) um protocolo entre o Município de Lagos e o Conselho de Administração da Fundação Nacional Museu Ferroviário. (...) os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia (...) delibere: 1- Solicitar à Câmara (...) a elaboração de um relatório pormenorizado das diligências efectuadas (...) e o ponto da situação actual em relação a financiamento e ao início da intervenção.”

DELIBERAÇÃO N.º 139/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Proposta (...): “(...) os eleitos da CDU na Assembleia Municipal (...) vêm mais uma vez propor que a Assembleia (...) delibere: - Recomendar à Câmara que inicie o processo de compostagem doméstica, promovendo uma campanha de esclarecimento e sensibilização (...). - Que a exemplo do que acontece noutras regiões, promova uma parceria com a empresa intermunicipal de recolha e tratamento de RSUs que permita a oferta de compostores e a formação necessária para a sua utilização.”

DELIBERAÇÃO N.º 140/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...) da CDU: “(...) Solicitar à APA- Agência Portuguesa do Ambiente: 1 - Informação sobre o motivo de até à presente data não ter sido dado início à Retoma do POC Odeceixe-Vilamoura. 2 - Qual o motivo da falta de resposta a requerimentos da Assembleia Municipal de Lagos (...) sobre o acima referido.”

DELIBERAÇÃO N.º 141/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Moção (...): “(...) os eleitos da CDU propõem que a Assembleia (...) delibere: - Que o Ministério das Finanças assegure em 2025, a transferência para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, das verbas necessárias à elaboração dos estudos e projeto para construção de um matadouro público regional no Algarve (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 142/AM/2024: Aprovada (...) a seguinte Saudação (...) do Partido Socialista: “(...) 1. Saudar o Município de Lagos e a sua Equipa Técnica pelas distinções recebidas de “Município Amigo do Desporto” e de “Autarquia Solidária” (...); 2. Felicitar todas as Associações e Clubes Desportivos do Concelho (...); 3. Enaltecer o esforço, a dedicação e o trabalho de todos os técnicos, atletas, mas também das famílias (...); 4. Saudar calorosamente todas as Entidades e Organizações de solidariedade social do Concelho pelo seu papel fundamental no sucesso destas iniciativas (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 143/AM/2024: Reprovada (...) a seguinte Moção (...): “(...) os eleitos de

Lagos com Futuro propõem que a Assembleia (...) delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1. Revisão dos regulamentos mais antigos e consequente atualização face às novas vivências; 2. Remoção dos regulamentos antigos, que entretanto foram atualizados por outros mais abrangentes; Mais e melhor fiscalização (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 144/AM/2024: Reprovada (...) a seguinte Moção (...) da LCF: “(...) que a Assembleia (...) delibere solicitar ao Executivo Municipal: 1. Promover as medidas de manutenção e limpeza necessárias ao bom funcionamento dos leitos das duas Ribeiras (...); 2. Dar cumprimento à moção proposta pela CDU, e aprovada por unanimidade, relativamente à monitorização da qualidade da água que passa pelo leito das ribeiras (...)”

DELIBERAÇÃO N.º 146/AM/2024: Deliberado (...) aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para (...) 2025 (...); o Mapa de Repartição de Encargos; o Orçamento Municipal (...) no montante de 124 406 400,00€ (...); o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara (...).

DELIBERAÇÃO N.º 147/AM/2024: Deliberado (...) autorizar a desafetação do Domínio Público Municipal, da Parcela de terreno, com a área de 273,27 m2 (...), para cedência da mesma, a título gratuito, à Freguesia de Odiáxere, para ampliação do campo de treinos, (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara (...).

DELIBERAÇÃO N.º 148/AM/2024: Deliberado (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara (...), autorizar, com efeitos imediatos, a vigência temporária no quadro normativo municipal, até que entre em vigor o novo Regulamento Geral das Taxas, Preços e Outras Custas Municipais, do elenco legislativo das taxas e tarifas que cada uma das anteriores entidades gestoras das áreas recebidas vinha a aplicar (...).

DELIBERAÇÃO N.º 149/AM/2024: Aprovada (...) a Minuta de Protocolo a estabelecer entre o Município (...) e a Freguesia de São Gonçalo de Lagos - Atribuição de subsídio para reabilitação de edifício destinado à Sede da Junta (...).

DELIBERAÇÃO N.º 150/AM/2024: Aprovado (...) o Contrato-Programa estabelecido entre o Município e o Centro de Ciência Viva de Lagos, (...) conforme a proposta apresentada pela Câmara (...).

DELIBERAÇÃO N.º 151/AM/2024: Aprovadas (...) Recomendações à Câmara Municipal de Lagos (...): “- A criação de mecanismos de divulgação do trabalho das Instituições e/ou Associações com intervenção na área Social no Concelho (...); - A reflexão sobre o modelo do espaço de atendimento do Serviço Social da Autarquia, tendo em conta a priorização da segurança e da privacidade no atendimento; - Que continue a apostar num trabalho de proximidade (...) no âmbito da Rede Social e também do serviço prestado pelo Serviço de Ação Social da Autarquia (...)”



Por opção editorial, as deliberações da Assembleia Municipal são transcritas de forma resumida. Poderá aceder à versão integral de todas as atas em www.am-lagos.pt ou presencialmente no Edifício dos Antigos Paços do Concelho.



BIBLIOLED

BIBLIOTECA PÚBLICA

o novo serviço
digital da sua
biblioteca.



Descarregar na
App Store



OBTER NO
Google Play

Registe-se agora! É fácil e gratuito!

biblioled.gov.pt



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Funded by the
European Union
NextGenerationEU



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA
DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E
DAS BIBLIOTECAS



Rede Nacional de
Bibliotecas Públicas

LAGOS XII FESTIVAL *dos* DESCOBRIMENTOS

30 abril a 4 maio 2025

A Grande Aventura
DE LAGOS AO JAPÃO

CORTEJO
HISTÓRICO
—
FEIRA QUINHENTISTA
—
ESPETÁCULOS
—
PÓLOS
TEMÁTICOS

+ INFO festivaldosdescobrimentos.pt